



Acta n.º5 /06

*ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2006*

Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, reuniram, no *Cine- Teatro de São Luís em Pinhel*, os membros da *Assembleia Municipal*, tendo-se verificado a ausência dos Senhores Deputados Municipais:-----

- a) Deputado Municipal Carlos Alberto Pires Franco, tendo justificado atempadamente a sua falta; -----
- b) Deputado Municipal Carlos Alberto Caetano Monteiro, tendo justificado atempadamente a sua falta; -----
- c) Presidente de Junta de Freguesia de Cerejo, Carlos Ramos Pinto Lobão.--
- d) Presidente de Junta de Freguesia de Ervas-Tenras, António Joaquim Ventura Pires;-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Luís Monteiro Ruas, bem como da Senhora Vereadora Irene de Jesus Marques Fortunato da Fonseca, do Senhor Vereador Rui Manuel Saraiva Ventura e do Senhor Vereador Abel Monteiro Grilo. -----

A – PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

Constatado existir “*quorum*” para a realização da Sessão, deu-se início aos trabalhos.-----

Faziam parte da “Ordem de Trabalhos” da Sessão, previamente convocada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José António Sales Gomes*, os seguintes pontos:-----

- 1. *Visita guiada às diversas obras em curso no Município de Pinhel;*-----
- 2. *Análise e votação da acta da Sessão do dia vinte e nove de Setembro de dois mil e seis;*-----



3. *Período antes da Ordem do Dia;*-----
4. *Período da Ordem do Dia;*-----
 - a) *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira;*-----
 - b) *Análise e Discussão sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007;*-----
 - c) *Proposta de reconhecimento de interesse Municipal da obra de construção de uma Lar de Idosos, no lugar das Limpas, na Freguesia de Freixedas;*-----
 - d) *Eleição dos três representantes da Assembleia Municipal, para a Empresa Municipal Falcão Cultura, Turismo e Tempos Livres;*-----
 - e) *Proposta da Câmara Municipal para a fixação de taxas de direitos de passagem;*-----
5. *Intervenção do público.*-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, antes de dar início aos trabalhos, deu conhecimento da correspondência recebida após a última reunião.-----

Continuando, disse que o Arquitecto Carlos Franco tinha desejado um Bom Ano de 2007 e um Feliz Natal a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

Deu, ainda, conhecimento que a funcionária escolhida para prestar apoio à Assembleia Municipal tinha sido a funcionária Sandra Marisa Martins Amaral.-----

A terminar, agradeceu e deu conhecimento de todos os postais natalícios enviados até ao momento pelas diversas instituições ao Presidente da Assembleia Municipal.-----

PONTO DOIS

1) Análise e votação da acta da sessão do dia vinte e nove de Junho de dois mil e seis

Abertas as inscrições para análise e votação da acta da sessão do dia 29 de Dezembro de 2006, inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais: *Carlos Ribeiro e Paulo Álvaro.*-----



Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Deputado Municipal saudou todos os presentes, congratulando-se com a iniciativa tomada pela Câmara Municipal em ter convidado os membros da Assembleia Municipal para visitarem as obras em curso, no Município de Pinhel, e desejou um Bom Ano e um Feliz Natal.-----

Continuando, voltou a relembrar o trabalho árduo e difícil de quem minuta uma acta da Assembleia Municipal, referindo que existem umas pequenas incorrecções no documento acta enviado a todos os membros da Assembleia e, assim sendo, na página 25, os parágrafos 1 e 2 deverão ter a seguinte redacção, que se transcreve:-----

“O Senhor deputado Municipal aproveitou o momento para elogiar a forma como o Senhor Vereador *Rui Ventura* respondeu às questões que lhe foram colocadas.--

Continuando, disse que, no seu inventário de interpelações, tinha perguntado se o programa *eleitoral do PSD* concelhio, nas penúltimas e nas últimas eleições *autárquicas*, tinha contemplado algumas medidas para o aproveitamento mais racional e produtivo do Concelho de Pinhel, *decorrente do* aproveitamento hidro-agrícola de Vila Franca das Naves/Cerejo.”-----

Seguidamente, disse que, na página 4, deveria ter sido escrito o seguinte, que se transcreve:-----

“deveria ter mais semelhanças *de estilo* com o templo romano acima citado”.----

Disse ainda que, na página 6, deveria ser escrito que: “adoptando a solução mais viável que é proceder à limpeza e à reflorestação das matas concelhias, sempre que os proprietários *com capacidade financeira* não procedam às mesmas, *apresentando –lhes a factura a seguir, como é natural e lógico.*-----

Continuando, disse que, no ponto 5, da página 6 deveria ter sido referido que “não teriam deflagrado no concelho *e noutros*, não se tendo destruído e consumido milhares de hectares de matas *a nível nacional.*-----

Acrescentou que, no ponto 2, da página 6, deveria ter sido escrito o que se transcreve:-----

“solicitando que lhe fossem relembrados quais eram os aspectos fundamentais do programa *eleitoral nessa vertente.*-----

Continuando, perguntou também se programa *eleitoral do PSD* apresentava um sustentável e um melhor aproveitamento hidro-agrícola da Barragem de Bouça



Cova, tão motivadora *não só* para o turismo e para a realização de desporto *náutico*, *mas também para o desenvolvimento económico da região.*-----

Seguidamente, disse que, na página 7, o parágrafo deverá ser aclarado, passando a constar o seguinte:” Seguidamente, o Senhor Deputado Municipal solicitou ao executivo Municipal que não deixe ao abandono irresponsável obras *relevantes que se devem à antiga JAE e com uma certa tradição e significado histórico para as respectivas povoações, como por exemplo a Fonte do Sapo, em Cerejo, sita na E.N 226, a caminho de vila Franca das Naves, do lado esquerdo*”.-----

Continuando, referiu que, no ponto 8, da página 7 deverá ser aclarado o seguinte: ”O Senhor Deputado Municipal alertou para a falta de vedação existente em muitos poços da aldeia de Cerejo e das aldeias vizinhas, *bem como aberturas perigosas junto às novas pontes da EN 226 da mesma Freguesia de Cerejo*, o que coloca em risco e em perigo vidas humanas e de animais.-----

A terminar, disse que, na página 25, deveria constar o que a seguir se transcreve:” A terminar, disse que é lamentável que se gastem tantos recursos financeiros *na discussão de uma proposta de lei, incorrectamente, designada Lei das Finanças Locais pelos mais diversos críticos, quando, na verdade, há-de chegar a altura de, no Parlamento, então sim, devidamente discutida pelas diferentes forças partidárias, e submetida à votação e eventual aprovação pelos Senhores Deputados, estando, então, em condições de ser objecto de promulgação ou não por parte do Senhor Presidente da República.*-----

Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Deputado Municipal saudou todos os presentes.-----

Continuando, disse que, na página 11, deveria ter sido escrito o seguinte: “Seguidamente, o Senhor Deputado Municipal disse que se a questão é aceitar *apenas* a cedência de exploração da Residência de Estudantes e *não exigir também a propriedade do edifício*, o Município não está a acautelar os seus interesses, lesando o Município, pois irá ficar com os encargos totais.-----

A terminar, referiu que, na página 52, deveria ter sido escrito o seguinte: “Disse, ainda que o actual quadro de pessoal *na divisão Acção Social, Cultura e Turismo não define nem especifica nenhum gabinete*, acrescentando que deveria ser criado um



gabinete onde se tratassem assuntos que dizem respeito tanto à Acção Social como à Educação, pois este deve ter pela sua importância um tratamento especializado.--

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs a acta à votação.---

Posta à votação foi aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Henrique Saraiva (PS).-----

Período antes da Ordem do Dia

Abertas as inscrições, inscreveram-se os senhores Deputados Municipais Carlos Ribeiro, Ricardo Avelãs Nunes, Carlos Guimarães, Eduardo Magro dos Reis, Paulo Álvaro, Carlos Romeiro, Mário Machado, Henrique Saraiva, Manuel Neves, Pedro Ivo, Gonçalo Cruz, João Marujo, Sérgio Paula e António Machado.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal antes de dar a palavra aos Senhores Deputados leu a moção apresentada sobre a criação de zonas de compostagem nos cemitérios do concelho de Pinhel, que se transcreve.-----

“Tem sido sucessivamente afirmada a conduta incorrecta, por parte dos munícipes, de colocarem aparas de relva, folhas secas e outros materiais orgânicos, nos contentores destinados a Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), aumentando significativamente a quantidade de lixo doméstico recolhido no Concelho.-----

No caso dos munícipes que possuem quintal ou uma pequena horta junto de uma casa, esta situação pode ser efectivamente revertida, de maneira a que os cidadãos reutilizem o material orgânico na fertilização das hortas. Para o efeito, este procedimento deve ser mais amplamente explicado aos munícipes, posto que muitos deles consideram (correctamente, em parte) que todo o lixo deve ser colocado em contentores. -----

Contudo, os resíduos orgânicos resultantes da limpeza de sepulturas dos cemitérios, não têm um local de depósito definido. Os utilizadores dos cemitérios despejam os restos das flores secas ou ervas daninhas indiferenciadamente, ou no contentor do lixo, ou nos terrenos que circundam os cemitérios. Por muito que colocar estes restos em terrenos agrícolas seja correcto, tal facto parece não agradar aos proprietários dos referidos terrenos, posto que muitas vezes os despejos frequentes



acabam por ocupar as zonas de acesso às propriedades (como se verificou recentemente no Cemitério da Malta).-----

Posto isto, o que se propõe a esta Assembleia para discussão, consiste do seguinte:--

1. Delimitação de uma pequena área, junto dos cemitérios, destinada a combustagem de matéria orgânica, da responsabilidade das Juntas de Freguesia;
2. Acerto da recolha dos restos orgânicos com um particular;-----
3. Colocação de contentores de lixo comuns, dentro ou junto dos cemitérios, para os resíduos não orgânicos (velas, etc.), actualmente em falta.-----

Com este procedimento, pretende-se racionalizar a utilização dos cemitérios públicos e incutir nos munícipes uma lógica de reciclagem ou reutilização de certos resíduos, reduzindo simultaneamente a quantidade de resíduos Sólidos Urbanos recolhidos”.-----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Senhores Deputados Municipais para análise do ponto 3 da Ordem de Trabalhos “Período Antes da Ordem do Dia”.-----

Deputado Municipal Jorge Matias (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Deputado Municipal saudou todos os presentes e desejou-lhes um Bom Ano e um Feliz Natal.-----

Continuando, o Senhor Deputado Municipal referiu que o Concelho de Pinhel está cada vez mais pobre e, por isso, leu a moção que a seguir se transcreve:-----

“ O Concelho de Pinhel está cada vez mais pobre, a política economicista deste Governo PS tem vindo a pouco e pouco a colocar o nosso Concelho e o nosso Distrito no rol do esquecimento, são os serviços que vão sendo desmantelados e perdidos. -----

O concelho de Pinhel já perdeu muito num bem consagrado pela Constituição da República Portuguesa, e está para perder em pouco tempo ainda mais. O Centro de saúde de Pinhel foi considerado dos melhores centros de saúde a nível nacional segundo uma estatística da Universidade de Coimbra de 2001. Tinha o nosso centro de saúde internamentos, Unidades de Cuidados Paliativos, um SPA mais bem equipado com material de urgência, médicos e enfermeiros treinados na área da emergência (INEM), Unidade de Cuidados Continuados, Telemedicina entre outros, estavam colocados 9 médicos no quadro de serviço, neste momento já perdemos um, também já a partir do



próximo dia 2 de Janeiro do próximo ano vamos perder um enfermeiro dos mais qualificados, já perdemos há muito o internamento, a unidade de cuidados paliativos está também perdida visto ser uma unidade especial dos internamentos, o SAP como todos sabem esteve com os dias marcados para terminar dia 4 de Dezembro deste ano, mas após várias reuniões efectuadas por este executivo em relação ao centro de saúde de Pinhel, o encerramento foi adiado por mais algum tempo, por isso temos o dever de agradecer publicamente ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores o esforço que tiveram para manter ainda o SAP aberto, obrigado por isso. Mas até quando? Será como foi anunciado o não encerramento das urgências, via fax, também será por este meio que o vão encerrar? -----

Senhor Presidente peço que, mais uma vez, nas suas reuniões, quer com o Senhor Presidente da ARS do Centro quer com a Senhora Coordenadora da sub-região da Saúde da Guarda os informe de que o nosso Concelho tem 25% da população com mais de 65 anos, uma população empobrecida, que temos terras a mais de 30 minutos da urgência mais próxima (caso se confirme o encerramento do SAP de Pinhel), que por todas estas razões e mais algumas que V.Ex.^a assim o entenda, faça com que o SAP de Pinhel continue o seu normal funcionamento neste concelho. -----

Ficando aqui expresso o voto de protesto da bancada do PSD, esperando que a outra bancada também se associe.” -----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- O Senhor Deputado Municipal saudou os presentes, congratulando-se com a iniciativa tomada pela Câmara Municipal, a qual decorreu durante a parte da manhã, onde os membros da Assembleia Municipal puderam ver as obras que estão em curso no Município de Pinhel.-----

Seguidamente, referiu que também se deveria dar conhecimento da obra não feita, acrescentando que o importante foi o convívio entre todos os membros da Assembleia.-----

Continuando, deu os parabéns aos Bombeiros Voluntários pelo seu Centésimo Aniversário, uma vez que é uma das Instituição mais importantes do Concelho, devendo ser acarinhada também pelo Município de Pinhel.-----

O Senhor Deputado Municipal solicitou algumas informações sobre a acção judicial contra o Município de Pinhel, a qual está a decorrer no Tribunal Administrativo



de Coimbra acerca da construção da Barragem de Vascoveiro, sendo autores os empreiteiros e ré a Câmara Municipal formulando, de imediato, as seguintes questões:--

1. O que se passa com essa acção?-----
2. Em que fase processual se encontra?-----
3. Quais serão as hipóteses de a Câmara Municipal de Pinhel vir a ganhar este

processo?-----

Continuando, perguntou se já tinha sido entregue o Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios, advertindo o Município para as elevadas coimas que o Ministério da Agricultura está a pensar aplicar aos Municípios que não o entregarem dentro dos prazos estipulados.-----

Seguidamente, perguntou ainda pelo “terminus” das obras nas Avenidas Carneiro de Gusmão e Frederico Ulrich, uma vez que existe um atraso bem visível na conclusão das mesmas, onde se visualizam problemas como o da inexistência de passadeiras, o que coloca em risco a segurança das pessoas.-----

Continuando, perguntou em que fase se encontra a colocação da passagem superior no caminho dos gaiolos.-----

Deu, ainda, conhecimento que a CDU visitou algumas freguesias do concelho de Pinhel, dando os parabéns ao Presidente da Freguesia de Pinhel pela forma como os recebeu e como mostrou a obra feita e os seus problemas, entre os quais se poderão destacar: as dificuldades financeiras para manutenção e recuperação de caminhos rurais, decorrentes das grandes chuvadas e do não planeamento de recuperação destes mesmos caminhos e os problemas com a ETAR (será que funciona ou não).-----

Acrescentou ainda que de nada vale terem-se bons pavilhões Multiusos e bons jardins se, no concelho, não existir a criação de postos de trabalho para que se possam fixar pessoas na cidade de Pinhel.-----

O Senhor Deputado Municipal lembrou que a obra do século XX foi a construção da Barragem de Vascoveiro, mas a obra do século XXI deverá ser a criação de postos de trabalho para que o interior e o concelho de Pinhel se desenvolvam, perguntando, ainda, de imediato, ainda quais foram os benefícios que se puderam retirar da viagem ao Brasil e ao Equador para desenvolvimento do nosso concelho de Pinhel.--

A terminar, desejou um Feliz Natal e um Bom Ano a todos os membros da Assembleia Municipal.-----



Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- O Senhor Deputado Municipal saudou todos os presentes e desejou um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

Continuando, referiu que, dentro do Partido Socialista, foi um dos primeiros a dizer não ao encerramento do SAP, uma vez que é um concelho com uma população muito envelhecida e fica a mais de meia hora da cidade da Guarda.-----

Seguidamente, disse que não admite que o Director do Centro de Saúde de Pinhel diga em praça pública quem é a favor ou não do encerramento do referido Centro, porque o PS tudo fez para que o SAP não encerrasse.-----

Acrescentou que, em 2006, quando apresentaram as Grandes Opções do Plano e Orçamento tinham sido distribuídas fotocópias a cores, encadernadas, lamentando a forma como, este ano, as GOP`s de 2007 foram distribuídas aos membros da Assembleia Municipal.-----

A terminar, referiu ainda que compreende as dificuldades de Câmara Municipal, mas como membros da Assembleia Municipal merecem muito mais.-----

Deputado Municipal Pedro Ivo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes, desejando-lhes um Feliz e Santo Natal e um Bom Ano de 2007.----

Continuando, reiterou os elogios já referidos nas intervenções dos Deputados anteriores, em que elogiaram a iniciativa da parte da manhã levada a cabo pela Câmara Municipal.-----

Seguidamente, o Senhor Deputado Municipal leu a proposta que a seguir se transcreve:-----

“O Grupo Parlamentar do PPD/PSD vem por este meio propor: -----

1. Se existe, como o Sr. Ministro diz, um trabalho de identificação do número de pessoas necessárias para o funcionamento dos serviços acha este grupo parlamentar que as regras devem ser conhecidas, deve o Município pressionar a quem de direito para que tal aconteça.-----

2. O encerramento da Zona Agrária de Pinhel acarreta graves problemas não só para a agricultura do concelho mas também para a própria economia deste.-----

3. Pressionar o Senhor Director Regional para que a Câmara seja ouvida no que diz respeito aos meios técnicos necessários para a Agricultura do nosso concelho.-----



4. Relembrar quem está a querer decidir, que o concelho de Pinhel é um dos mais importantes no que diz respeito a culturas como por exemplo a vinha e mais recentemente o olival.-----

5. Que a agricultura com o peso enorme que tem na economia do nosso concelho, directamente ou de uma forma mais indirecta, em termos de sustentabilidade não seja esquecida pois implicará também problemas sociais gravíssimos. -----

6. Fazer entender a quem de direito que a descentralização, como diz a própria palavra não é tirar de onde faz falta para permitir que em outros sítios seja levada a cabo uma política de compadrios que só prejudica a agricultura do nosso concelho.-----

7. Perguntar a quem tem responsabilidade como é que se pode querer que o interior avance quando tudo o que diz respeito aos serviços públicos está a ser nos sugado daqui para fora, quer seja de uma forma directa ou indirecta. -----

A terminar, disse que é uma proposta dirigida à Câmara Municipal para que esta actue e não fique calada perante o encerramento de quase todos os serviços existentes no Concelho de Pinhel.-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Municipal à votação.-----

Posta à votação, a mesma foi aprovada por maioria, com duas abstenção dos Deputados Municipais Gonçalo Cruz e Carlos Ribeiro-----

A Assembleia Municipal deliberou, ainda, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada, a fim de produzir os efeitos imediatos e executórios.-----

Deputado Municipal António Machado (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra o Senhor Deputado Municipal saudou os presentes e desejou-lhes um Bom Ano de 2007 e um Feliz Natal.-----

Continuando, lembrou que os Postos de GNR de Freixedas e de Pínzio poderão ser os próximos serviços a serem encerrados pelo Governo, quando o posto de GNR de Freixedas tem uma área de intervenção de cerca de 150Km, prestando serviço a 6 Freguesias do concelho e às duas comarcas de Pinhel e Guarda e é o posto que regista mais índices de criminalidade na sede do concelho.-----

A terminar, disse que o Senhor Ministro da Administração Interna deu ordens para que fosse construído o novo posto de GNR de Freixedas, uma vez que a Freguesia



dispõe, neste momento, do terreno e do projecto e agora o Governo anuncia que o referido posto pode ser encerrado, apelando, de imediato, ao executivo Municipal que diligencie no sentido desta realidade não se vir a concretizar.-----

Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS):- O Senhor Deputado Municipal saudou os presentes e desejou um Feliz Ano Novo e um Feliz Natal.-----

Continuando, disse que não é necessário se estar sempre a agradecer à Câmara Municipal os esforços que esta faz para que o governo não encerre os poucos serviços existentes ainda no concelho, porque senão entra-se na órbita da propaganda e na doutrina partidária.-----

Seguidamente, referiu que a Senhora Ministra da Cultura, em Julho, endereçou a todas as autarquias um convite público para que estas apresentassem candidaturas no âmbito do programa Ocupacional da Cultura, acrescentando que as inscrições decorreram entre os dias 16 de Agosto e 31 de Outubro, candidaturas essas centradas em 3 medidas, as quais se aplicavam ao Concelho de Pinhel na sua base contextual: medida 1.1 – recuperação, animação de sítios históricos e culturais (Bogalhal Velho e Quinta do Prado Galego); medida 1.2 – Modernização e dinamização dos museus culturais e a medida (Museu Municipal) 2.1 – criação de uma rede de recuperação de recintos culturais (Nova Casa da Cultura).-----

A terminar, perguntou se a Câmara Municipal teve conhecimento deste convite, se houve alguma candidatura, se se estão a fazer esforços para se implementarem trilhos pedestres, ao abrigo da Regulamentação da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, se a Câmara Municipal está a pensar implementar algum percurso pedestre ou se existe alguma proposta para se fazer algum percurso pedestre no concelho, uma vez que não é uma obra que envolva muitos custos financeiros.-----

Deputado Municipal João Marujo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou todos os presentes e desejou-lhes um Bom Ano e um Feliz Natal.-----

Continuando, deu os parabéns ao executivo Municipal pelo apoio dado à publicação do livro “Casas Nobres e Solares do Concelho de Pinhel”, apresentado no dia 21 de Outubro do corrente ano.-----



Seguidamente, apresentou uma proposta que a seguir se transcreve, no sentido de não se deixar cair no esquecimento o trabalho de mérito que foi desenvolvido por esses naturais do concelho:-----

“O Concelho de Pinhel, no passado dia 21 de Outubro, foi agraciado com uma publicação de elevada qualidade alusiva aos Solares e Casas do Concelho de Pinhel, da autoria de João Carlos Metello de Nápoles e Jorge Metello de Nápoles, com ilustrações de Suzana Metello de Nápoles. -----

A referida obra contempla dezasseis “Casas Nobres” do concelho de Pinhel com uma descrição exaustiva da história de cada um destes edifícios, razão enobrecida para o interesse e apoio manifestado pela Câmara Municipal de Pinhel.-----

Assim, no sentido de promover a conservação do nosso património e em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e a alínea b), do artigo 10º, do Regimento da Assembleia Municipal de Pinhel, o Deputado Municipal João de Jesus Martins Marujo, propõe que a Câmara Municipal de Pinhel proceda ao levantamento arquitectónico e topográfico dos Solares e Casas Nobres do Concelho de Pinhel com o objectivo de promover e desenvolver iniciativas que desponham a dinamização de tão importante património e motivem uma aposta do investimento privado. -----

O levantamento em equacionamento deve dar corpo a uma proposta de classificação do conjunto dos referidos edifícios, como Monumento Nacional.” -----

A terminar, comentou as intervenções dos Deputados Municipais Carlos Guimarães e Gonçalo Cruz, referindo que a apresentação dos documentos daquela forma é uma maneira de se reduzirem as despesas correntes, que as datas para as inscrições, no âmbito do Programa Ocupacional da Cultura não tinham sido as mais justas e que o tempo que tinha sido dado para se apresentarem candidaturas e projectos foi muito curto.-----

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- O Senhor Deputado Municipal disse que os documentos poderiam ter sido distribuídos de outra forma e, em vez de se dispersarem verbas desta maneira, solicitou que os documentos fossem colocados na página da Internet para se contribuir para a contenção de custos.-----



Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS):- O Senhor Deputado Municipal referiu que é inacreditável que o Governo apresente um documento tão importante para o concelho da possibilidade das Câmaras Municipais e outras entidades se candidatarem a intervenções ao nível cultural e estas não adiram, quando o Governo publicou o documento no final de Julho de 2006.-----

A terminar, disse que é inacreditável que os responsáveis digam que não tiveram tempo para fazerem projectos ou apresentarem candidaturas, quando na verdade tinham tempo suficiente para apresentarem um projecto sem ter que fazer, necessariamente, um concurso público.-----

Deputado Municipal João Marujo (PSD):- O Senhor Deputado Municipal disse que o programa tinha sido preparado e apresentado para todos os Municípios que já têm o projecto na sua fase final.-----

Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS):- O Senhor Deputado Municipal referiu que o tempo era de facto curto, mas que não tinha sido feito apenas para os Municípios que já tinham o projecto na sua fase final, porque tudo depende da dimensão dos projectos.-----

Continuando, disse que os projectos não implicam, necessariamente infra-estruturas, mas no caso de as implicarem as obras poderão não ser feitas, através de concurso público, podendo ajustarem-se projectos que já existiam antes da hipótese agora aberta pelo Ministério da Cultura.-----

A terminar, disse que o correcto é a Autarquia ter uma ideia do que quer fazer.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia abriu as inscrições para discussão da proposta apresentada pelo PSD sobre o levantamento das “Casas Nobres e Solares do concelho de Pinhel”.-----

Abertas as inscrições, inscreveu-se unicamente o Deputado Municipal Carlos Ribeiro.-----



Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Deputado Municipal disse que concorda com a ideia e com os objectivos colocados na proposta e que votará a favor da mesma.-----

A terminar, referiu que não só os Solares e Casas Nobres devem ser tomadas em conta e serem considerados importantes, mas que também os edifícios da burguesia que sucederam à nobreza, com um estilo arquitectónico riquíssimo, devem ser objecto de requalificação para evitar o esvaziamento das pessoas das aldeias.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou aos autores da proposta apresentada se permitiam que se incluísse naquela as outras casas típicas rurais e/ou outros edifícios.-----

Deputado Municipal João Marujo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Deputado Municipal disse que não se poderá dispersar o teor da proposta apresentada se se quer ser ambicioso desde o início, porque a proposta surgiu baseada na publicação desse mesmo livro, acrescentando que todo o desenvolvimento da proposta é bem vindo e aceite, mas deverá ser concretizada fisicamente.-----

A terminar, disse que é evidente que existe mais património no concelho que vale a pena valorizar, mas se se quer ser ambicioso ter-se-á de se restringir apenas às 16 Casas Nobres, as quais poderão vir a ser classificadas como Monumento Nacional, após o seu devido levantamento e classificação.-----

Manuel Neves (Presidente de Junta de Freguesia do Manigoto):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Presidente da Junta apresentou um voto de protesto contra a proposta apresentada pelo PSD, que se transcreve:-----

“Voto contra de Manuel Celestino Martins Neves à proposta apresentada por João de Jesus Martins Marujo.-----

1. Felicito os autores e o Município pela publicação mencionada;-----
2. Reconheço que a proposta tem uma base louvável;-----
3. Sou contra o levantamento arquitectónico e topográfico dos Solares e Casas Nobres do Concelho de Pinhel, pelo Município de Pinhel, que sejam propriedade de particulares (e não do Município);-----



4. Alguns dos mencionados edifícios já se encontram classificados! (de momento não tenho aqui dados para especificar quais) para a classificação de cada edifício, e não “do conjunto dos referidos edifícios”, deve ser ouvido o proprietário e elaborado o processo específico.”-----

O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, à votação.-----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com um voto contra do Deputado Manuel Neves.-----

Presidente da Junta do Manigoto, Manuel Neves:- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Presidente de Junta disse que votou contra a proposta apresentada pelo Deputado Municipal João Marujo por duas razões: primeiro porque existem muitos edifícios que pertencem a particulares e, ao ser feito o levantamento, irá aumentar a despesa da Câmara Municipal e, em segundo lugar, devido ao problema da sua classificação.-----

Disse ainda que a proposta tem uma intenção positiva, mas ao ser analisada, posteriormente, poderá suscitar algumas dúvidas, porque alguns desses edifícios já estão classificados, não especificando se se irá fazer o levantamento de todos esses edifícios ou de apenas um só e foi, por isso mesmo, que votou contra a proposta apresentada.-----

A terminar, referiu que terá de haver um processo prévio na classificação destes edifícios.-----

Deputado Municipal Henrique Saraiva (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes e congratulou-se com a iniciativa da parte da manhã que foi a visita às obras, em curso, no Município de Pinhel.-----

Continuando, disse que existem aquedutos, covas e algumas valetas feitas pelos empreiteiros que fizeram as condutas na Freguesia das Lameiras, reconhecendo que, quando deveriam ter sido rectificadas, feitas e melhoradas se tinha de fazer outras coisas, como por exemplo, colocarem-se palcos para a realização das festas do concelho.-----



Seguidamente, disse que não existe limpeza nas valetas e que o mais grave é o facto de não existir nenhum aqueduto que funcione, referindo que a sua Freguesia caiu num marasmo muito grande, porque só se procede à limpeza em volta da Igreja.-----

Disse, ainda, se a Câmara Municipal contribuiu com um subsídio para o arranjo dos caminhos rurais, que a estrada está mal feita e que se vier a ser reparada que tenham o cuidado de abrir os aquedutos, mas nos lugares correctos.-----

Acrescentou que, em Outubro, houve técnicos que visitaram os seus terrenos e lhe tinham perguntado onde depositava as embalagens vazias dos pesticidas para tratamento das suas vinhas, referindo que lhes tinha dito que as tinha levado ao vendedor.-----

Informou que lhe tinham dito que é necessário se colocar um contentor na sua propriedade ou então que a Câmara Municipal deve criar as condições necessárias para a colocação deste tipo de resíduos. -----

A terminar, perguntou se é a Câmara Municipal que terá de criar as condições para colocação destes resíduos.-----

Manuel Neves, Presidente de Junta de Freguesia do Manigoto:- Após lhe ter sido dada a palavra sugeriu que o verso das folhas da documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento fosse aproveitado para que se reduzam o número de páginas e se reduzam os custos com a compra de resmas de papel.-----

Continuando, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o que pensa do entroncamento de acesso à Malta e à Quinta da Cruz quando se entra na Estrada Nacional, quando dois veículos de grande porte se cruzam naquele espaço.-----

Deputado Municipal Carlos Romeiro (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes e desejou um Bom Ano e um Feliz Natal.-----

Continuando, congratulou-se com o facto de o Senhor Presidente da Assembleia ter estado presente na visita guiada às obras, em curso, no Município de Pinhel.-----

Seguidamente, disse que o ano de 2006 é um ano para esquecer, porque as grandes empresas deixaram o país, nomeadamente, o concelho de Pinhel, o desemprego aumentou, os direitos dos trabalhadores foram abolidos e o ordenado mínimo é uma miséria.-----



Acrescentou ainda que o Ministério das Finanças não irá baixar os impostos até 2007, mas que em 2009 os irá baixar, porque irão decorrer eleições autárquicas, referindo que as Câmaras do Interior estão cada vez mais pobres e são as mais afectadas pelo Orçamento de Estado.-----

O Senhor Deputado disse que a agricultura é o sector que mais dinheiro tem devolvido à União Europeia e que não tem sido aceite pelo Parlamento Europeu, porque deseja que haja um desenvolvimento rural do País.-----

A terminar, referiu que o Governo quer transformar os funcionários públicos “em bodes espiatórios dos males das contas públicas”, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara que se deveria criar um Gabinete de Apoio aos cidadãos, capaz de dar voz às reclamações e às sugestões de criação de pequenas e médias empresas para que se possa laborar, tendo em vista o desenvolvimento do concelho.-----

Deputado Municipal Eduardo Magro dos Reis (CDS/PP):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Deputado Municipal saudou os presentes e desejou-lhes um Bom Ano e um Feliz Natal.-----

Continuando, felicitou o executivo Municipal pelo facto de a cidade de Pinhel este ano ter iluminação de Natal, porque dá um ambiente mais festivo à cidade, apoiando e contribuindo para o desenvolvimento do comércio. -----

Seguidamente, disse que, nas últimas Assembleias Municipais, tem sido dito pelo executivo Municipal que o troço Malta/Pinhel ainda não foi aberto, porque ainda não foi construída a passagem superior para que as pessoas da Malta possam passar para os seus prédios, sem risco de acidentes, acrescentando que se é legítimo defender os agricultores também será legítimo defenderem-se os milhares de pessoas que ali transitam.-----

A terminar, perguntou para quando a abertura ao tráfego da Estrada Nacional 221 da Malta, uma vez que as obras se encontra praticamente concluída há algum tempo, obrigando os utilizadores a fazerem um percurso mais longo, desnecessariamente, solicitando que se diligencie para que o troço seja aberto o mais rapidamente possível.-----



Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD):- O Senhor Deputado Municipal, após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes e desejou um Bom Ano e um Feliz Natal a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

Continuando, solicitou o empenho do executivo Municipal para que se resolva o erro que anda a ser “arrastado” sobre o Curso Tecnológico de Rochas Ornamentais, na Comunicação Social, o qual tem sido designado como bacharelato, porque de acordo com a portaria 989/99 que regulamenta os cursos de especialização tecnológica, o que será correcto se dizer, na Comunicação Social, é que com a sua conclusão os formandos irão obter aproveitamento de um “CET”, o qual confere um diploma tecnológico e uma qualificação profissional de nível quatro, podendo abrir portas aos que o estão a frequentar para prosseguimento dos estudos a nível universitário e, aí sim, adquirir-se uma habilitação académica.-----

Disse, ainda, que é dada esta qualificação técnica de nível quatro, porque tem a ver com a classificação que é dada pela União Europeia e não com uma dupla certificação.-----

A terminar, recomendou que o erro fosse reparado para que os formandos não sejam induzidos em erro.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor Deputado Municipal saudou os presentes e desejou-lhes um Bom Ano e um Feliz Natal. -----

Continuando, disse que as ofensas às linhas arquitectónicas originárias e de valor histórico existem no Município de Pinhel, nomeadamente no Centro Histórico da cidade, prédio recém-construído no largo do Município, frente ao do museu, sem número de polícia ainda, que deveria possuir cimalhas e beirais largos à semelhança dos prédios vizinhos e não os beirais estreitos que nele vemos, e, sem cimalhas.-----

Acrescentou que o referido choque arquitectónico é também visível no Largo General Farinha Beirão, porque o novo prédio que nele nasceu deveria imitar a traça arquitectónica das casas contíguas, que com ele confrontam, não só no tipo de beirais e cimalha, mas também no tipo de janelas.-----

Seguidamente, referiu que, aquando da visita pelo território municipal foram observadas obras que evidenciam o desenvolvimento do concelho de Pinhel.-----



Disse, ainda, que deveria ser feita não só a reflorestação de certas zonas da cidade de Pinhel mas também de certas zonas do restante território concelhio, atentando na legislação florestal já existente e demais legislação a criar, sugerindo a adopção de uma estratégia estimuladora para a reflorestação do concelho, na qual é notória uma mancha negra de corrente dos incêndios, a qual dá uma imagem degradante e negativa da gestão municipal.-----

A este propósito referiu que, lamentavelmente, nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007 continua aparecer uma verba irrisória (ridícula) para o sector primário da actividade económica, onde aqueles projectos florestais deviam estar previstos.-----

O Senhor Deputado Municipal alertou para o facto de que a requalificação urbana não deve limitar-se apenas às Casas Nobres e Solares do concelho; deve compreender também prédios originários da burguesia e dos camponeses, evitando-se, assim, o total esvaziamento dos Centros históricos das diferentes localidades concelhias.-----

A terminar e, tendo em conta a vigência do novo arrendamento urbano, perguntou ao executivo Municipal se já tinha sido solicitado para integrar alguma Comissão Arbitral Municipal, com o objectivo de se salvaguardar e avaliar a conservação dos imóveis arrendados e para se proceder a respectiva avaliação fiscal.----

Deputado Municipal Sérgio Paula (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra saudou os presentes e desejou-lhes um Bom Ano e um Feliz Natal.-----

Continuando, disse que o Director do Centro de Saúde de Pinhel não tem culpa que o SAP venha a encerrar, porque todos nós sabemos que é uma política economicista do Governo do Partido Socialista que tem vindo a ser feita a nível nacional e, como o Director do Centro não está presente, não é correcto se estar a falar nele, uma vez que não se pode defender.-----

Seguidamente, referiu que ninguém tem dúvidas de quem será a culpa se o SAP encerrar.-----

Disse ainda que os Solares e as Casas Nobres são muito importantes para o concelho de Pinhel, porque através delas poder-se-á vir a desenvolver o turismo, mas dever-se-ia ter visto mais empenho na concretização da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, com o objectivo de se verem aplicadas outras



circunstâncias e saírem mais enriquecidos com a proposta para que se possa, deste modo, enriquecer a cidade de Pinhel.-----

Acrescentou ainda que, durante a visita às diversas obras em curso, no Município, puderam comprovar as necessidades que as Freguesias do concelho de Pinhel ainda têm, havendo a necessidade de se construírem obras importantes e precisas, quer para os idosos, quer para as crianças, sendo impensável que existam ainda Freguesias sem saneamento básico e com ruas degradadas.-----

O Senhor Deputado Municipal disse que é necessário delinear-se obras prioritárias e, deste modo, os investimentos e as verbas terão de ser dirigidas para estes locais, solicitando que a Assembleia Municipal e os seus membros apoiem a Câmara Municipal para que se possam combater estas carências e realidades que são tão básicas para todos nós.-----

A terminar, disse que é necessário criarem-se condições mínimas para um desenvolvimento tão desejado no concelho, acrescentando que existe a necessidade de se encarar com humildade os problemas e as carências dos outros para que se possa crescer num concelho que é de todos. -----

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que nunca tinha dito que o Director do Centro de Saúde era boa ou má pessoa e que são palavras apenas do Deputado Municipal Sérgio Paula e não do Deputado Municipal Carlos Guimarães.-----

Deputado Municipal Sérgio Paula (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que o ser boa ou má pessoa tinha sido dito em sentido figurado e não em sentido preciso.-----

O Senhor Presidente da Mesa abriu as inscrições para o comentário da proposta apresentada sobre a compostagem dos cemitérios do Concelho.-----

Abertas as inscrições, inscreveu-se o Deputado Municipal João Marujo e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pinhel, Carlos Videira.-----

Deputado Municipal João Marujo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que concorda com o teor da proposta apresentada, discordando apenas com o facto



de ser dentro dos cemitérios que se coloquem os lixos, porque acarreta um ónus para a Freguesia, devendo a Freguesia definir um espaço fora do cemitério para facilitar todo o processo da compostagem.-----

Carlos Videira, Presidente de Junta da Freguesia de Pinhel:- Após lhe ter sido dada a palavra referiu que lamenta que, ao longo destes anos, não tenham tido a preocupação de procederem à limpeza dos cemitérios, porque a Junta de Freguesia de Pinhel tem tido essa preocupação há muito tempo, uma vez que passa por uma questão de civismo e de bom senso de quem cuida das campas e dos cemitérios, admitindo que acredita que é possível fazer-se uma selecção destes resíduos orgânicos.-----

O Senhor Presidente da Mesa sugeriu que sejam as Freguesias a fazer a limpeza dos cemitérios, colocando depois o lixo no lugar mais apropriado.-----

Sr. Presidente da Câmara Municipal:- O Senhor Presidente disse que a proposta apresentada tem todo o cabimento, porque tem apelado aos Senhores Presidentes de Junta para que tenham esse cuidado, que tudo não é mais do que uma questão de mentalidades, porque quem paga é a Câmara Municipal de Pinhel, quando a gestão da Freguesia pertence à própria Junta.-----

Continuando, perguntou como se poderá resolver um problema como é o do tratamento dos lixos e como se irão minimizar as toneladas dos resíduos para a estação de transferência, uma vez que quantas mais toneladas forem colocadas nos carros da recolha dos lixos mais a Câmara Municipal irá pagar pelo seu tratamento e pelo seu transporte.-----

Seguidamente, disse que são resíduos orgânicos que poderão ser absorvidos pela própria terra, pois só implica a lei do bom senso e, deste modo, as pessoas deveriam aperceber-se de que as flores já não têm utilidade nenhuma, devendo levá-las para as suas propriedades.-----

Acrescentou que terá de existir esta sensibilização, junto dos familiares, porque as pessoas já sentem quando estão a pagar no seu próprio bolso.-----

Adiantou que, na próxima Assembleia Municipal, irão ser analisadas e discutidas as novas taxas relativamente a esta matéria, porque é insustentável aumentarem-se as despesas correntes como se está a fazer.-----



Disse ainda que estamos ao nível superior do desenvolvimento, mas se as pessoas continuarem a não ter civismo e bom senso e continuarem a agir desta forma incorrecta, então o problema e as despesas com o tratamento dos lixos irá a aumentar.---

Continuando, referiu que teremos de saber qual é o lixo que poderemos reciclar, porque senão os Senhores Presidentes de Junta continuarão a pedir mais e mais contentores, quando existem matérias que se poderão vir a reutilizar.-----

O Senhor Presidente reiterou que é necessário sensibilizar as pessoas para o problema do tratamento do lixo, porque cada vez é mais caro e que cada tonelagem de lixo que entra na estação de transferência terá de ser paga pela Câmara Municipal, acrescentando que os funcionários do Município já estão a colocar a relva dos jardins num espaço, junto à Estação de Transferência, para depois ser reutilizada como estrume, o qual irá ser utilizado para o tratamento dos jardins da cidade de Pinhel.-----

Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que a resolução do problema passará pela sensibilização das pessoas e que a proposta tem a ver com o facto de, em Pinhel, as pessoas não terem hortas, uma vez que vivem em apartamentos e, por isso mesmo os resíduos terão de ser colocados em contentores.-----

A terminar, disse que nas Freguesias deverão ser colocados contentores diferentes de todos os outros para a colocação destes resíduos orgânicos.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU):- Após lhe ter sido dada a palavra perguntou onde é que as pessoas que vivem em apartamentos depositarão as flores, acrescentando que terá de existir um espaço definido para as pessoas colocarem este tipo de resíduos orgânicos. -----

Carlos Videira, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhel:- Após lhe ter sido dada a palavra disse que terá de haver uma outra maneira de se resolver este problema, que a solução passa pelo facto de se manter a recolha dos lixos como está a ser feita e não ser transferida esta competência para as Juntas de Freguesia, porque as Juntas não têm meios suficientes para resolverem problemas como este.-----



O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta de compostagem dos lixos dos cemitérios à votação.-----

Posta à votação, a proposta foi aprovada, por maioria, com duas abstenções, do Senhor Deputado Municipal, José Manuel Pereira da Cruz e do Senhor Presidente de Junta de Freguesia do Lamegal, Ricardo capelo.-----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proferir alguns esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados Municipais.-----

Sr. Presidente da Câmara Municipal:- Após lhe ter sido dada a palavra e em resposta ao Senhor Deputado Municipal Gonçalo Cruz reiterou que as pessoas terão de ser sensibilizadas para o problema do tratamento dos lixos, contribuindo para a reorganização dos serviços de limpeza, tendo em vista minorarem-se custos e a boa apresentação desses espaços.-----

Continuando e, em resposta ao Senhor Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes, disse que não foram visitadas apenas obras feitas, mas também obras não feitas, as quais se encontram ainda muito atrasadas.-----

Seguidamente, deu também os parabéns ao Bombeiros Voluntários de Pinhel, fazendo votos que façam mais quinhentos anos, uma vez que não se sabe o que irá acontecer aos Bombeiros Voluntários, porque a lei da Protecção Civil irá ser alterada.--

Acrescentou que a acção judicial interposta pela Conduril, relativamente à Câmara Municipal, prende-se com uma discordância relacionada com a facturação apresentada pela Empresa da Conduril perante a Barragem e a ETA de Vascopeiro.-----

Continuando, referiu que existia um auto de trabalhos a mais por pagar, que tinha tido uma reunião com a Administração da Conduril, acrescentando que tinham chegado a um acordo e que a informação técnica era de que a Câmara Municipal teria de pagar o auto, uma vez que o que era dito tinha sido que a Câmara devia cerca de 300 mil contos.-----

Disse que, segundo as informações que tinha das actas das reuniões da obra, das conversas tidas com o Sr.º António Miranda Cavalheiro, com o Dr.º Vítor e com a



fiscalização, a Câmara Municipal nada teria a pagar a não ser o incumprimento do empreiteiro, acrescentando que só pagará alguma coisa se o Tribunal assim o entender.--

Adiantou ainda que existem atrasos nos pagamentos, porque dizem que a Câmara Municipal lhes tinha dito que lhes perdoava as multas e lhes tinha deferido o pedido de prorrogação do prazo se as obras, quer da Barragem de Vascoveiro, quer da ETA, estivessem concluídas até ao fim do mês de Novembro, colocando agora uma acção judicial contra a Autarquia, a qual se arrasta desde 2002.-----

Continuando, referiu que o processo está numa fase de julgamento, relativa apenas à Barragem de Vascoveiro, em que só foram ainda ouvidas 3 ou 4 testemunhas por parte da Câmara Municipal e o responsável pela empreitada da Empresa Conduril.--

Seguidamente, disse que o processo e o julgamento irão ser reiniciados em Janeiro ou Fevereiro, acrescentando que o advogado da Câmara Municipal lhe tinha dito que as coisas estão bem encaminhadas.-----

Quanto ao Plano Municipal de Defesa contra Incêndios disse que, segundo informações da técnica, o plano estará acabado até ao final do ano.-----

Relativamente às Avenidas Frederico Ulrich e Carneiro de Gusmão referiu que estão ainda muito atrasadas e que a segunda camada de tapete será colocada quando as temperaturas forem satisfatórias, porque existem correcções que terão de ser feitas nas frisagens do tapete, para que se possa proceder às rectificações, junto aos assentamentos dos lancis.-----

Adiantou, ainda, que as passadeiras, mesmo que não sejam definitivas, o empreiteiro tem indicações para as colocar dado o índice de perigosidade que apresenta para a população.-----

Acrescentou que o que tinha também ficado acordado com a Direcção de Estradas é que terá de ser feita uma passagem superior ou inferior no caminho dos gaiolos, desejo do executivo Municipal, da Junta de Freguesia e da população da Malta, caso contrário a Estrada Nacional Malta/Pinhel não abrirá enquanto esta passagem não for feita.-----

Continuando, disse que é mais importante uma vida humana do que 1000 agricultores, lembrando que o projecto teve várias soluções: a 1ª solução passaria pela construção de uma passagem desnivelada, a qual seria mais cara, devido às drenagens e escavações de sete metros que se teriam de fazer; a segunda solução passaria por se



fazer uma passagem, implicando que o vão fosse de 30/40 metros, o que iria dificultar a execução da obra; a terceira solução e a que ficou acordada foi que a Norte, ou no sítio da actual passagem, seria construída uma passagem metálica, implicando apenas erros significativos relativamente às propriedades laterais ao caminho.-----

Seguidamente, disse que a passagem irá ficar na parte da escavação, havendo um pequeno desvio do caminho, acrescentando que antes do mês de Junho a variante não irá ser aberta.-----

Quanto aos caminhos rurais, ou se faz a sua manutenção ou não se faz, porque quando se encontram inclinações de 10%, logicamente que os caminhos ficarão danificados, adiantando que se deverá também pedir ajuda aos proprietários, porque se antes se preocupavam em abrir os chamados “boeiros” para as suas propriedades e não queriam contribuir para a danificação dos caminhos, agora verifica-se o contrário e, assim sendo, enquanto não existir por parte dos proprietários sensibilização para o facto de que terão de contribuir para a conservação dos caminhos rurais, o problema continuará.-----

A terminar disse que depois, como é evidente, as verbas para arranjo dos caminhos rurais não são suficientes.-----

Relativamente à ETAR, disse que não funciona, devido a dois problemas: em primeiro lugar coloca-se uma questão como a fazer funcionar, porque implica que se cortem as drenagens da adega para a estação de tratamento, em segundo lugar a adega tem um pré-tratamento dos esgotos e o que é dito pelos técnicos das águas do Zêzere e Côa é que os afluentes que chegam da Adega têm um PH muito alto, o que faz com que a membrana biológica da Estação de Transferência deixe de funcionar.-----

Disse que terá de se reunir com ambas as partes para se resolver o problema, informando que a empresa Águas do Zêzere e Côa disponibilizou os seus técnicos para a Adega, tendo em vista a realização de estudos na estação de pré-tratamento, com o objectivo de se encontrarem soluções para que o problema do funcionamento da ETAR se resolva de uma vez por todas.-----

Acrescentou que a Direcção da Adega ficou de marcar uma reunião, mas que ainda não o fizera dada a azafama das vindimas, acrescentando que, enquanto for este o procedimento da Adega, a ETAR não entrará em funcionamento.-----



Continuando, disse que o objectivo da Câmara Municipal é encontrar soluções e alternativas para fixar população, perguntando como se irá conseguir esse objectivo.---

Seguidamente, solicitou a todos os deputados que apresentem soluções, tendo em vista a fixação de população no concelho de Pinhel, porque implica que exista empreendedorismo e postos de trabalhos, aumento do nível de ensino, acrescentando que o problema é colocarem-se as questões em prática e saber como se concretizam.-----

Quanto à viagem ao Brasil disse que tinha sido convidado pela Raia Histórica, que tinha assistido à intervenção da Sessão de Abertura e tinha participado em duas sessões “como cooperar em Português”.-----

A terminar, referiu que tinha chegado à conclusão de que, no Brasil, existem espaços em que interessa cooperar e outras em que interessa colaborar, acrescentando que irá regressar para conhecer “Pinhel”, no Brasil, e se existir alguma verba disponível, então a Câmara Municipal terá todo o orgulho em cooperar com essa aldeia.-----

Em resposta ao Deputado Municipal António Abel relativamente ao encerramento do posto de GNR de Freixedas disse que já tinha falado com alguns agentes, que tinha feito chegar as suas preocupações e as preocupações da população das Freixedas contra o encerramento do Posto de GNR, junto do Senhor Ministro da Administração Interna, mas que ainda não existe nada de concreto, sabendo-se apenas pela Comunicação Social que é intenção da Administração Interna encerrar o posto de GNR das Freixedas e de Pínzio.-----

A terminar, deu conhecimento de que a Câmara Municipal solicitou uma audiência ao Senhor Ministro da Administração Interna, mas que ainda não foi obtida resposta.-----

Em resposta ao Deputado Municipal Gonçalo Cruz disse que, em primeiro lugar, estão sempre os cidadãos e o concelho e só depois o Partido.-----

Continuando, referiu que lamenta que assim tenha acontecido não só com a cultura mas também com programa Pares, adiantando que as coisas são pouco claras relativamente a esta matéria.-----

Seguidamente, disse que tinham reivindicado uma piscina para o Concelho de Pinhel e que lhe tinha sido dito que não existia verba disponível, que tinham apresentado uma candidatura até ao final do ano com o projecto devidamente aprovado



para a colocação de um piso sintético e que tinha sido apresentada uma candidatura ao programa PARES para construção de alguns lares.-----

O Senhor Presidente disse que a Câmara Municipal tem um técnico, com total abertura para tomar iniciativas dentro destas áreas, tendo de estar atento às candidaturas, acrescentando que o mesmo terá de alertar o executivo Municipal para o facto de existirem este tipo de candidaturas.-----

Continuando, esclareceu que, para que se possa fazer um concurso para uma candidatura deste tipo, demora seis meses se o visto estiver correcto e não existirem reclamações por parte dos empreiteiros.-----

Agradeceu ainda ao Ministério da Cultura o apoio que tem dado à Câmara Municipal em todas as iniciativas no âmbito da Cultura.-----

A terminar, acrescentou que, em parceria com a Raia Histórica, está a dar-se formação a seis guias turísticos, os quais apresentaram sete roteiros, o que irá permitir que se façam os trilhos pedestres no concelho.-----

Em resposta ao Deputado Municipal João Marujo disse que a proposta apresentada é muito complicada, mas ao mesmo tempo uma mais valia para o concelho de Pinhel, pois existe outro tipo de património ainda mais importante que os Solares e as Casas Nobres.-----

Continuando, referiu que os particulares terão de concordar com a proposta, porque a Câmara Municipal já tem, em termos de esboço, o que é o exterior, acrescentando que gostaria de saber como é o interior das casas.-----

Seguidamente, referiu que é importante saber se os proprietários podem ou não candidatar-se ao turismo de habitação, acrescentando que o nosso património rural tem muita actividade, o que se constatou através do levantamento feito pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em parceria com os Amigos de Conimbriga, na Freguesia do Lamegal, em que fizeram um mini-plano do que interessa recuperar, nomeadamente, uma simulação do sapateiro e do pedreiro.-----

Disse, ainda, que é um trabalho que se poderá alargar a todas as Freguesias do concelho, acrescentando que este levantamento poderá vir a ser feito pelos técnicos da Câmara Municipal, embora exista pouca sensibilidade para a recuperação e preservação do património rural.-----



A terminar, referiu que, no Equador, tinha verificado que existe uma maior valorização deste tipo de património por parte dos investidores do turismo, não para a monumentalidade, mas para a ruralidade, reiterando que se terá de sensibilizar as populações para a valorização do património rural, porque temos no concelho coisas muito bonitas e superiores às dos outros concelhos e países, que interessa preservar.-----

Em resposta ao Deputado Municipal Carlos Guimarães disse que nunca viu o Director do Centro de Saúde dizer que era a favor ou não do encerramento do SAP, podendo falar-se a nível mais geral e, assim sendo, de todos os SAP's a nível nacional, acrescentando que se trata de um problema concelhio que a todos interessa defender.----

Em resposta ao Deputado Municipal Henrique Saraiva disse que lhe pareceu que a sua intervenção foi a certa altura um ataque à Junta de Freguesia e, assim sendo, a sede própria para colocar este tipo de questões e problemas será na Assembleia de Freguesia.-----

Continuando, referiu que concorda com o deputado quando diz que é necessário fazer-se uma intervenção na estrada que dá acesso à Freguesia de Lameiras, porque existem muitos aquedutos e valetas que foram danificadas, acrescentando que já fez chegar essa reivindicação junto da empresa Estradas de Portugal.-----

Seguidamente, esclareceu que as firmas que vendem os produtos químicos terão de receber as embalagens vazias, acrescentando que, se as embalagens foram compradas em Espanha, a Câmara Municipal dispõe na EPAC de dois contentores para os proprietários depositarem as embalagens vazias.-----

Em resposta ao Presidente de Junta de Freguesia do Manigoto disse que o reparo que fez depende muito da opinião de cada deputado Municipal, acrescentando que o plano das GOP's para o ano de 2007 tinha sido feito “em cima do joelho” e assumiu a responsabilidade.-----

Em resposta ao Deputado Municipal Carlos Romeiro referiu que todos os cidadãos se poderão dirigir à Loja do Município para pedirem informações sobre este tipo de matérias, pois foi criado um Gabinete de Fundos e um Gabinete de Apoio ao Imigrante.-----



Em resposta ao Deputado Municipal Paulo Álvaro disse que a chamada de atenção feita durante a sua intervenção, a irá fazer chegar, junto do CEVALOR (ESTER), porque foi quem fez a candidatura e está a dar apoio à Câmara Municipal.-----

Em resposta ao deputado Municipal Carlos Ribeiro informou que algumas das requalificações tinham sido aprovadas pelo IPAR, acrescentando que tinham sido feitas e subscritas por arquitectos.-----

Continuando, disse que concorda com o Senhor Deputado Municipal, mas que gostaria que os proprietários dos terrenos fizessem a reflorestação dos seus terrenos, acrescentando que irão existir candidaturas para que se proceda à referida reflorestação.---

Acrescentou que a Câmara Municipal está disponível para ajudar na reflorestação do concelho.-----

A terminar, referiu que a Comissão de Avaliação já existe.-----

Presidente de Junta de Freguesia do Manigoto, Manuel Neves:- Após lhe ter sido dada a palavra perguntou com que critérios, no regulamento para a inscrição da Feira das Tradições, no artigo 4º é suposto se pagarem-se € 100,00 de inscrição e € 150,00 de caução e, no ponto 3 ficam isentos os Bombeiros Voluntários e a Comissão de Finalistas da Escola Secundária, uma vez que existem outras entidades que mereciam também ter sido isentas.-----

A terminar, disse que ainda não tinha chegado à Junta de Freguesia do Manigoto nenhuma informação sobre onde se deverão depositar as embalagens vazias dos pesticidas que são utilizados no tratamento das propriedades agrícolas.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o nó Malta/Quinta da Cruz irá ficar assim, pois já estava previsto no projecto, acrescentando que tinha sido apologista e defendido que a variante deveria ter sido puxada seis metros, para o lado esquerdo, para continuar a faixa antiga que vinha da Estrada Nacional 221.-----

Continuando, disse que os técnicos lhe tinham dito que não caberia e que iria apenas ficar com um caminho paralelo, acrescentando que tinha reivindicado que o caminho fosse até à Malta e fosse pavimentado.-----

A terminar, referiu que não concorda com o acesso que foi feito e alterado.-----



O Senhor Vereador Rui Ventura disse que o Regulamento já existe há cinco anos, acrescentando que foi esta a forma que encontraram para ajudarem os Bombeiros Voluntários e a Comissão de Finalistas da Escola Secundária e que não é necessário estar a explicar-se o motivo da isenção, porque quem lê o Regulamento sabe que é assim já há cinco anos.-----

A terminar, esclareceu que se está a falar do espaço das “tasquinhas”, por forma a ser rentabilizado pelos Finalistas do ano lectivo 2006/2007.-----

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS

a) Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira

O Senhor Presidente procedeu à leitura da sua informação escrita acerca da actividade do Município, que passou a ler e que se transcreve.-----

“Da actividade do Município, do que de mais significativo há a mencionar, é o que a todos preocupa, ou seja, as medidas governamentais que têm sido lesivas a todos os níveis para o concelho de Pinhel:-----

- o encerramento das escolas do 1º Ciclo e o seu reordenamento escolar, que trouxe custos acrescidos para o Município e o avolumar da desertificação das nossas freguesias. -----

- O anunciado encerramento dos Serviços de Atendimento Permanente do nosso Centro de Saúde, das 22.00 às 8.00 horas. -----

- As notícias vinculadas pelos órgãos da Comunicação Social, quanto ao reordenamento dos Serviços de Justiça e o possível encerramento do tribunal.

- O encerramento vindo a público através dos órgãos da Comunicação, da Zona Agrária de Pinhel. -----

- O esvaziamento dos Serviços da EDP e Portugal Telecom. -----

- A lei das Finanças Locais que vem penalizar o financiamento das Autarquias, nomeadamente, o Concelho de Pinhel. -----

- O possível encerramento dos postos da GNR de Pínzio e Freixedas. -----



- A todas as adversidades mencionadas, temos feito chegar o nosso descontentamento e o nosso repúdio junto dos órgãos da tutela. -----

- Permitam-me que faça um agradecimento aos Senhores Deputados, na colaboração que têm dado à Câmara Municipal na defesa dos nossos objectivos.

Os aspectos mais relevantes do último trimestre da actividade da Câmara Municipal dizem respeito ao início do Curso de Rochas Ornamentais e à iniciação da Escola de Música para o início de 2007. -----

Das obras nada de significativo há a assinalar, não se prevendo o lançamento de novas empreitadas. -----

Do que acabei de afirmar, vai-se reflectir nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2007. -----

O cenário para 2007, afigura-se-nos muito desfavorável ao ritmo de desenvolvimento que gostaríamos de imprimir ao nosso concelho e estamos certos que as dificuldades acrescidas se perspectivam para os próximos anos. -----

Mas apesar de todas as adversidades, não desistiremos de lutar pelos interesses de uma população que não desiste de ser Pinhelense. -----

Desejo a todos os Senhores Deputados e famílias um Natal Feliz e um Ano de 2007 cheio de saúde. -----

Continuando, o Senhor Presidente deu conhecimento que, no âmbito da audiência prévia, tinha sido elaborada uma contestação contra a Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação da Rede de Urgências no Geral, que passou a ler e que se transcreve:-----

“Audiência Prévia sobre o relatório da Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação da Rede de Urgências no Geral.-----

Excelência:-----

No âmbito da audição prévia da “ Proposta da Rede de Serviços de Urgências - Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação da Rede de Urgências no Geral”, reiteramos a posição tomada em Sessão da Câmara Municipal e Assembleia Municipal no sentido do não encerramento de quaisquer valências de saúde no Concelho de Pinhel, conforme documentos que se juntam. -----

Consideramos que no âmbito do princípio constitucional, tutelado pelo artigo 64º da CRP, todos têm direito à saúde e o dever de a defender e promover, sendo que,



este direito é realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, deverá ser tendencialmente gratuito.-----

É princípio Constitucional que cabe ao Estado assegurar a todos os cidadãos, o acesso aos cuidados primários de saúde de excelência, garantido para isso, uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde. -----

Este direito fundamental do cidadão, tem aplicação imediata, isto é, pode e deve ser cobrado pelos cidadãos ao Estado. A saúde é um direito de todos, porque sem ela não há condições de uma vida digna, e é um dever do estado por que é financiada pelos impostos que são pagos por todos nós.-----

Desta forma, para que o direito à saúde seja uma realidade, é preciso que o Estado crie condições de atendimento em postos de saúde, hospitais, programas de prevenção, medicamentos etc., e além disto é preciso que este atendimento seja universal (atingindo a todos os que precisam) e integral (garantindo tudo que o cidadão necessite) e não o contrário: encerrando os serviços de saúde que mais próximos estão das populações.-----

O Estado ao encerrar os Serviços de Saúde (serviços de atendimento permanente) mais não faz do que cortar cegamente o direito constitucional à saúde, penalizando aqueles que mais têm sofrido com a interioridade e que, após sucessivos ciclos de desinvestimento público, ainda resistem às adversidades constantes com o espírito de missão e solidariedade.-----

A questão central no âmbito desta Proposta, prende-se com o facto de o Governo entender encerrar um serviço, quando ainda não estão criadas as condições para uma alternativa credível, que não deixe os utentes numa situação de insegurança. Por outro lado, se esta política de concentração de serviços, contrária ao princípio de proximidade que presidiu à criação do SNS e que foi um marco na política de saúde depois do 25 de Abril, no nosso país, não onerará ainda mais o comum dos cidadãos no acesso aos cuidados mínimos de saúde.-----

Neste estudo, agora em discussão pública, não estão em causa critérios técnicos credíveis, coerentes e justos, por isso não podemos concordar com as conclusões que justificam a política do Governo para a saúde.-----



Após uma análise do documento apresentado por V. Ex.^a, concluímos que não encontramos na realidade do Concelho de Pinhel, suporte para a aplicação destas novas medidas, senão vejamos:-----

1. O tempo de resposta do Centro Hospitalar ora proposto, até ao local de qualquer ocorrência pode demorar, no Concelho de Pinhel, bastante mais de 120 minutos:-----

- O lapso temporal do Centro Hospitalar da Guarda até à sede do Concelho é de mais de 90 minutos; -----
- O lapso temporal do Centro Hospitalar da Guarda até à Freguesia de Cidadelhe é de mais de 120 minutos;-----
- A rede viária é muitíssimo deficiente e com traçados extremamente sinuosos; -----
- A ausência de transportes públicos; -----
- A ausência de qualquer unidade de V.M.E.R no nosso concelho;-----
- A população é maioritariamente idosa e com fracos recursos económicos – financeiros. -----

2. O tempo de trajecto ao serviço de urgência proposto demora mais de 60 minutos: -----

- A distância da sede do concelho, ao Centro Hospitalar ora proposto leva a percorrer mais de 45 minutos; -----
- A distância da Freguesia de Cidadelhe, ao Centro Hospitalar da Guarda leva a percorrer mais de 60 minutos;-----
- A rede viária é muitíssimo deficiente e com traçados extremamente sinuosos; -----
- A ausência de transportes públicos; -----
- A população é maioritariamente idosa e com fracos recursos económicos – financeiros. -----

3. Risco de trauma:-----

- O concelho de Pinhel dispõe de cerca de 30 unidades de extracção de granitos, nas quais existe um risco eminente devido ao manuseamento diário e permanente de explosivos.-----

Assim e da análise dos critérios de avaliação, dir-se-á: -----



- a) Penalização no tempo de resposta do socorro entre o accionamento do meio e a chegada ao local;-----
- b) Duplicação do tempo de trajecto entre o local da ocorrência e o serviço de urgência proposto;-----
- c) Concelho com forte actividade industrial de extracção de granitos com elevado risco de acidentes de trabalho;-----
- d) Novo Centro de Saúde em fase final de construção, que irá ser dotado com equipamentos adquiridos pelo Município, nomeadamente, um ventilador, um desfibrilhador e um RX;-----
- e) Remodelação do antigo Centro de Saúde propriedade da Misericórdia de Pinhel, destinado a U.A.I.;-----
- f) Primeiro Centro de Saúde do país a desenvolver a Unidade de Cuidados Continuados;-----
- g) Centro de Saúde dotado com 8 médicos, 5 dos quais com curso de emergência médica e 11 enfermeiros;-----
- h) A ausência da triagem feita pelo ambulatório do SAP do Centro de Saúde de Pinhel, que, só no ano de 2005 e durante os fins-de-semana, contabilizou 3.335 utentes, irá provocar o congestionamento do serviço de Urgência ora proposto;-----
- i) No mesmo ano de 2005, foi de zero o número de óbitos a registar no Serviço de atendimento Permanente de Pinhel, conforme Anexo I que se junta;-----
- j) Em termos comparativos, com o tratamento diferenciado, que a Proposta da Rede de Serviços de Urgência em análise dá a concelhos limítrofes, os números de consultas de ambulatório e SAP no Centro de Saúde de Pinhel falam por si, visto serem bastantes superiores, questionando-se assim o critério economicista, conforme Anexo II que se junta;-----
- k) Preço Consulta/ Utente a mais baixa do Distrito.-----
- A pretensão das gentes do concelho de Pinhel não é um pedido de discriminação positivo, é antes um imperativo de equidade, porquanto, na Proposta da Rede de Serviços de Urgência em apreço, encontramos, facilmente, em concelhos limítrofes, um tratamento diferenciado, urge pois, repor a justiça e a coerência necessárias.-----
- Assim, Senhor Ministro propomos a Vossa Excelência:-----
- A criação de um Serviço de Urgência Básico!* -----
- I. Por todo o supra exposto;-----



II. E pela centralidade geográfica do Concelho de Pinhel, relativamente aos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Trancoso e Mêda, no conceito de NUT III – Beira Interior Norte, conforme Anexo III que se junta.-----

Assim e nos termos do Código de Procedimento administrativo se dá por exercido o direito de audiência prévia do Município de Pinhel, no âmbito do Relatório da Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação da Rede de Urgências Geral.”-----

A terminar, o Senhor Presidente disse que a audiência prévia tinha sido enviada ao Senhor Ministro da Saúde, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro Ministro, aos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República e a outras entidades.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que explicasse aos Senhores Deputados a actual situação financeira da Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente apresentou a situação financeira da Câmara Municipal, referindo que o défice da Câmara Municipal não é favorável, devendo cerca de cinco milhões duzentos e treze mil euros, onde já estão contabilizados os empréstimos bancários, acrescentando que a Câmara Municipal ainda tem uma capacidade de endividamento de cerca de dois milhões e setecentos mil euros.-----

Continuando, disse que o que está em causa é contar com o endividamento líquido, apesar de a Câmara Municipal poder contrair empréstimos, facto só realizável se a Administração Local o permitir, acrescentando que será o que o Município terá de fazer para poder apresentar candidaturas no próximo Quadro Comunitário.-----

Seguidamente, disse que a Câmara Municipal tem um saldo disponível de cerca de duzentos e treze mil euros para pagamento aos fornecedores, adiantando que não é suficiente, uma vez que ainda não entraram na contabilidade as facturas para serem contabilizadas até ao mês de Janeiro, para entrarem na conta de gerência, para depois serem analisadas pelos Senhores Deputados Municipais, na Assembleia Municipal de Março.-----

Deu ainda conhecimento que tinha estado presente numa reunião da Comunidade Urbana das Beiras, reunião essa relacionada com o que irá acontecer no



QREN, onde as regras das candidaturas terão de ser entregues, através de NUT`s, designadamente, através da NUT III.-----

Continuando, disse que as candidaturas poderão ser apresentadas a partir de Março, Abril, Maio, Junho, através das NUT`s, candidaturas conjuntas da NUT e não individualizadas.-----

O Senhor Presidente informou ainda que a Comunidade Urbana das Beiras tinha decidido mandar elaborar um plano estratégico que irá delinear as linhas orientadoras das candidaturas que os Municípios poderão vir a apresentar, acrescentando que em primeiro lugar as Autarquias irão ser ouvidas, em termos estratégicos até 2013.-----

Adiantou que tinham falado sobre o último quadro comunitário de Apoio, mas que convém apresentarem-se objectivos muito concretos do que os Municípios querem ver contemplados no referido plano.-----

A terminar, disse que tinha ficado de apresentar os objectivos que quer ver contemplados no plano até ao dia 9 de Janeiro de 2007, solicitando aos Senhores Deputados Municipais que apresentassem as propostas que gostariam de ver colocadas no referido plano até ao dia 2 de Janeiro de 2007.-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais Carlos Ribeiro e Carlos Guimarães.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que não está a ver quais poderão ser as benesses que poderão ser dadas, tendo em vista essas candidaturas e qual será o alvo dos benefícios dessas mesmas candidaturas.-----

Continuando, perguntou se os contributos dados pelos Senhores Deputados, nas Assembleias Municipais anteriores, também poderão cair no âmbito dessas benesses, acrescentando que, na realidade, o tempo é muito curto para se poderem pronunciar sobre essa matéria, dada a época natalícia.-----

Acrescentou que está de acordo com o documento enviado já às demais entidades sobre a audiência prévia, concordando com o seu teor e com a forma como está estruturado.-----

Seguidamente, referiu que, quanto ao documento apresentado da actividade do Município, terá de ter uma atitude crítica relativamente a alguns aspectos, concordando com alguns e discordando com outros, pois o documento está subscrito pelo Senhor



Presidente da Câmara apenas faltando ter sido subscrito pelos restantes elementos do executivo Municipal.-----

Continuando, disse que lhe parece estar subjacente no documento apresentado uma contestação e o deixar mal colocado o Governo presidido pelo Senhor Eng.º José Sócrates, solicitando que essa contestação fosse subscrita com uma rubrica se os itens apresentados fossem reais, uma vez que são ainda uma mera possibilidade e não se transformaram ainda em acto real, acrescentando que o item que se transformou em acto real foi o encerramento das escolas.-----

A terminar, alertou, no que respeita ao documento da actividade financeira, para a correcção da palavra supavit.-----

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra referiu que teve conhecimento de que as crianças terão de pagar € 50,00 (cinquenta euros) mensais para frequentarem a Academia de Música, solicitando que lhe expliquem se é verdade ou não.-----

Sr Presidente da Câmara:- O Senhor Presidente disse que é um documento da contabilidade que é muito enganador, podendo não ser a realidade amanhã, porque depende da facturação que é feita e que entrou na Câmara Municipal, acrescentando que poderá pedir na secção de contabilidade que não façam os lançamentos enquanto não se realizar a reunião da Assembleia Municipal e de certeza que, se o fizesse, teria apresentado um saldo de € 800.000,00 (oitocentos mil euros).-----

Continuando, disse que o saldo apresentado, provavelmente, não irá chegar para fazer face às despesas da facturação que irá aparecer no mês de Janeiro, acrescentando que a contabilidade da Câmara Municipal, em termos de dívida directa a fornecedores está mais ou menos estabilizada.-----

A terminar, acrescentou que começa a ser preocupante esta realidade, porque as despesas correntes estão a aumentar.-----

Sr. Vereador Rui Ventura:- O Senhor Vereador disse que existem duas situações na Academia de Música que terão de ser explicados antes de se falar em custos.-----

Continuando, referiu que a Câmara Municipal, quando decidiu criar a Academia de Música, pensou primeiro na qualidade, onde as crianças têm aulas de coro e música, por



apenas de € 25,00 (vinte e cinco euros), tendo ainda mais uma disciplina opcional quer sejam aulas de piano, violino, ballet e, deste modo, os pais terão de pagar mais € 20,00 (vinte euros), importando um custo final de € 45,00 (quarenta e cinco euros).-----

Seguidamente, disse que os pais terão apenas de comprar os restantes instrumentos que não fazem parte da Academia de Música.-----

Acrescentou que é o preço que os pais das crianças terão de pagar e será apenas para se minorarem os custos com a Academia de Música, onde primaram pela qualidade, lembrando que a Academia tinha sido criada no âmbito do Projecto Zéthoveen e acrescentou que o Município de Pinhel foi pioneiro neste projecto e que a Sic irá estar amanhã, em Pinhel, para fazer uma reportagem para mostrar isso mesmo.-----

Adiantou que a Câmara Municipal já tem as suas dificuldades, reiterando que os pais terão de ajudar o Município a minorar os custos.-----

A terminar, acrescentou ainda que o intuito da Academia de Música é ir-se o mais longe possível, tentando trazer para o Município de Pinhel um Conservatório de Música, porque existem muitas inscrições não só de crianças do concelho mas também de outros concelhos vizinhos.-----

Análise e Discussão sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007

O Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da cópia parcial da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 30 de Novembro de dois mil e seis, que se transcreve:-----

“Foi presente ao executivo Municipal a proposta do Orçamento para o ano de 2007, que na receita e na despesa apresenta um valor global de € 18.053.713 (dezoito milhões e cinquenta e três mil e setecentos e treze euros) e as Grandes Opções do Plano, documento n.º 3 que aqui se dá como integralmente reproduzido e que irá ser arquivado na pasta de documentos anexa a esta acta. -----

Seguidamente, o senhor Presidente deu conhecimento que a elaboração das Grandes Opções do Plano tinha sido muito complicada, devido ao elevado número de obras já lançadas e em curso, e porque o valor das verbas previstas na parte da receita era escassa, relativamente ao que se pretendia realizar. -----



Continuando, deu conhecimento que o valor das Grandes Opções do Plano é de € 13. 334.063,00 (treze milhões trezentos e trinta e quatro mil e sessenta e três euros), que o valor das receitas de capital é de € 11.000.015,00 (onze milhões e quinze euros) e que a realização de novas obras só poderá concretizar-se se vierem a ser aprovadas candidaturas no novo Quadro Comunitário de Apoio – QREN .-----

O Senhor Presidente deu ainda conhecimento que o valor das despesas correntes é de € 7.053.698,00 (sete milhões cinquenta e três mil seiscentos e noventa e oito euros), que aquele valor está a aumentar significativamente de ano para ano, principalmente devido ao pessoal, o que apesar de justificado pelo aumento de novas competências, não obtém parte das receitas correspondentes. -----

Continuando, o Senhor Presidente disse que as receitas não aumentaram na mesma proporção das despesas e que cada vez é mais difícil equilibrar o Orçamento, pelo que a situação actual começa a ser problemática. -----

O Senhor Presidente acrescentou que os valores respeitantes ao fornecimento de electricidade, abastecimento de água e recolha e tratamento dos resíduos sólido urbanos representam um encargo muito pesado no Orçamento que, no caso das águas, a despesa é o dobro da receita e, no caso da recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, a despesa é o quadruplo da receita e que é urgente ponderar-se uma forma de resolver esta situação, sob pena de, não o fazendo, virem a criar-se dificuldades à gestão.-----

Relativamente às Grandes Opções do Plano, o Senhor Presidente deu conhecimento que a intenção é concluir as obras apoiadas pelos fundos comunitários.---

Acrescentou que é um plano com objectivos concretos e que, exactamente por isso, de difícil execução e que haverá dificuldades na sua realização.-----

Seguidamente, o Senhor Presidente procedeu à leitura de cada uma das acções e projectos incluídos, justificando o valor da dotação e a decisão de alguns projectos as verbas não terem sido dotadas, optando-se pela simples abertura, com o objectivo de vir a executá-las se as candidaturas vierem a ser aprovadas no próximo QREN.-----

A concluir, o Senhor Presidente reiterou que o Plano visa, no seu essencial, a conclusão das obras em curso para que possamos iniciar o próximo QREN, com as obras concluídas do III Quadro Comunitário de Apoio.-----

O Senhor Vereador Abel Grilo referiu que o único comentário a fazer é o aumento das despesas correntes, acrescentando que se deveria ponderar sobre o que fazer para contrariar esta tendência.-----



O Senhor Vereador Morgado Martins considerou que as despesas de pessoal devem ser assumidas pelo Município, na medida em que o Concelho se encontra numa zona desertificada e a Câmara Municipal deve ser um pólo de desenvolvimento e de empregabilidade e contribuir para a fixação de pessoas e de casais.-----

O Senhor Presidente respondeu que essa teoria é a defendida pelo Partido Socialista e pelo Eng.º José Sócrates, designadamente que encerra serviços por uma questão economicista, mas não tem sido a seguida pelo Município de Pinhel e, a reforçar, salientou o esforço em dotar todas as Freguesias de abastecimento de água e outras infra-estruturas necessárias.-----

O Senhor Vereador Abel Grilo foi de parecer que se deveriam criar novas fontes de financiamento, referindo em especial as energias alternativas, como a energia eólica.-

O Senhor Presidente respondeu que o Município de Pinhel se tinha candidatado à colocação de torres para produção de energia eólica, mas que o processo ainda está em fase de estudo, uma vez que existe um sistema de quotas que há que respeitar, bem como apurar da sua rentabilidade. -----

Acrescentou que o Governo devia criar a possibilidade de as Câmaras Municipais receberem receitas provenientes da utilização das mini-hídricas para a produção de electricidade.-----

O Senhor Vereador Morgado Martins referiu que os investimentos deveriam ter uma avaliação custo-benefício para atraírem pessoas e considerou que o Município de Pinhel devia definir pólos de desenvolvimento no concelho, concentrar aí o investimento, por forma a torná-los atractivos e a promover a fixação da população.---

Após uma análise exaustiva do documento e depois de prestados todos os esclarecimentos julgados pertinentes, o Senhor Presidente pôs à votação as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2007.-----

O executivo Municipal, considerando que os recursos disponíveis contemplam as obras apoiadas pelos Fundos Comunitários e que existe a possibilidade de, em 2007, serem realizados alguns projectos, como o Museu do Vinho e da Vinha e a construção das piscinas municipais, através da apresentação de candidaturas ao novo QREN deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2007.-----



Mais deliberou, por unanimidade e em minuta, remeter esta proposta à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 2, do artigo 53º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as actas só têm validade quando são aprovadas pelo executivo Municipal, acrescentando que, por uma questão de eficiência, a Senhora Directora do Departamento Administrativo e Financeiro enviou aos Senhores Deputados Municipais o rascunho de acta sem ter sido rectificado e aprovado pelo executivo Municipal.-----

A terminar, explicou que o Senhor Vereador tinha pedido que o seu desabafo não ficasse em acta, estando em acta incorrectamente.-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados Municipais Carlos Guimarães, Ricardo Avelãs Nunes, Paulo Álvaro, Ricardo Capelo, Presidente de Junta de Freguesia do Lamegal, Carlos Ribeiro, Gonçalo Cruz e Pedro Ivo.-----

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que não irá votar contra o plano, mas que tinha constatado que o Orçamento baixou e a despesa corrente do Município aumentou, nomeadamente, com o pessoal em regime de avença e em regime de tarefa.-----

Continuando, disse que as horas extraordinárias e as ajudas de custo aumentaram, opinando que este custos não poderão acontecer e terão de se reduzir as despesas correntes.-----

A terminar, perguntou o que irá ficar para se apostar em investimentos e em candidaturas e onde está o desenvolvimento sustentado.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes (CDU)- Após lhe ter sido dada a palavra perguntou se o Vereador tinha dito aquilo mesmo que consta do rascunho da acta da reunião do executivo Municipal.-----

Continuando, lamentou o facto de não ter existido uma reunião com os Presidentes de Junta de Freguesia para que apresentassem propostas e discutissem o Orçamento.-----

O Senhor Deputado perguntou para quando a reconstrução da Casa Seixas, quais serão os serviços a instalar e os imóveis a adquirir.-----



Seguidamente, perguntou e, uma vez que se adquiriram imóveis no Centro Histórico, qual foi a maneira encontrada para o recuperar e reabilitar.-----

O Senhor Deputado Municipal perguntou ainda sobre o que existe em relação ao PDM, acrescentando que os gastos com as fontes luminosas são exagerado, que na Empresa Municipal Falcão Cultura, Turismo e Tempos Livres irão ser gastos cerca de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros) para o seu funcionamento, solicitando que lhe seja explicado para que será e como irá ser distribuído, quem a irá dirigir, qual irá ser o seu quadro de pessoal, que projecto e que futuro irá ter, sabendo que se estão a encerrar empresas, devido a dificuldades financeiras.-----

Continuando, perguntou para onde vai ser expandida a Zona Industrial, que projecto existe sobre o Museu do pão e da vinha, como vai ser feita a reestruturação da Avenida da República, acrescentando que tem conhecimento que a Rua da Bola e da Sr.^a da Coluna vai ser rectificada e alcatroada, uma vez que é a rua mais bonita da cidade de Pinhel.-----

Seguidamente, disse que a rede viária é de louvar, mas de difícil construção, acrescentando que, com a nova Lei das Finanças Locais, o Orçamento não irá ser igual, que o défice irá ser diferente, que as receitas irão ser cada vez menores e as despesas cada vez maiores.-----

A terminar, referiu que a CDU concorda com o Orçamento, acrescentando que limita a actividade autárquica, porque representa sacrifícios intoleráveis, mas ao ser executado irá contribuir para o desenvolvimento, para a qualidade de vida das populações e que, na dúvida de execução orçamental irá se abster na votação.-----

Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que realmente o orçamento é muito exigente, que tem dificuldades de execução e sugeriu que, se existem dificuldades financeiras terão de se definir prioridades, acrescentando que a prioridade da cidade de Pinhel será a expansão da Zona Industrial.-

Continuando, disse que a preocupação dos investidores que adquiriram aqueles terrenos é o facto de não estarem a obter retorno desse investimento, porque os investidores locais são os que menos terão imprevisibilidade de deslocalização.-----

Sugeriu a criação de postos de trabalho com investimento local, porque o investimento em massa afecta muito o Concelho, reiterando a necessidade de se definirem prioridades.-----



A terminar, disse que, se o plano não for executável, que a expansão da Zona Industrial seja a prioridade do executivo Municipal.-----

Presidente de Junta de Freguesia do Lamegal, Ricardo Capelo:- Após lhe ter sido dada a palavra disse que também existem muitos problemas na Freguesia do Lamegal e não só na Freguesia do Sorval, congratulando-se com o facto de o Presidente da Câmara Municipal querer mostrar o que existe ainda de mau no concelho.-----

A terminar, disse que 25% da Freguesia não tem água potável e 50% não tem saneamento e arruamentos, solicitando que seja solucionado este problema para que no próximo ano seja visitada a sua Freguesia e as suas anexas para se verem os problemas de perto, tendo em vista a sua resolução.-----

Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra referiu que tem presente as competências dos Deputados Municipais, tendo em conta a sua integração na Assembleia Municipal, salientando que o seu dever principal se traduz em fiscalizar e controlar os actos do executivo Municipal, sem se imiscuir na respectiva actividade.-----

Continuando, disse que é muito difícil fiscalizar, mas o mais difícil consiste na efectivação da actividade executiva por parte da Câmara Municipal, nomeadamente, quando as Câmaras Municipais se vêm obrigadas a exercitar a sua capacidade de gestão de forma a criarem a sua própria riqueza, as suas próprias receitas, nos respectivos Concelhos, prescindindo, em boa parte, de ajuda financeira do Governo.-----

Seguidamente, disse que o que interessa ao Município de Pinhel é a riqueza nele produzida ficar no concelho; ser novamente objecto de investimento, para criar mais riqueza, mais postos de trabalho, preferencialmente, dentro do próprio Concelho.-----

A terminar, referiu que uma parte significativa do dinheiro de que a Câmara Municipal dispõe vai para o pagamento dos vencimentos auferidos pelo pessoal, funcionários da Câmara, sugerindo, por outro lado, que se retire algum dinheiro de certas rubricas, dando meios ao sector primário de actividade económica, nomeadamente, para que os projectos florestais, a reflorestação de que tanto se fala no país, seja também uma realidade e um exemplo dentro do território municipal de Pinhel.-----



Deputado Municipal Gonçalo Cruz (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra congratulou-se com o facto de existirem apostas na área da cultura, nomeadamente, com a criação do Museu do Pão e da Vinha, dizendo que são dois projectos megalómanos, com uma macro-estrutura que muitas das vezes não trazem retorno.-----

Continuando, disse que o correcto será fazer-se um projecto mais simples, porque estar a apostar-se na criação de um museu é muito arriscado, uma vez que poderá não trazer retorno financeiro e, além do mais, o concelho tem um Museu Municipal e o investimento deveria ser revertido para esse mesmo Museu.-----

Seguidamente, referiu que o prioritário é apostar-se em monumentos que já existem, recuperando-os, perguntando, de imediato, qual irá ser o tipo de utilidade/utilização que irá ter à Casa dos Magistrados.-----

A terminar, disse que não vê nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007 verbas para completar a rede de saneamento na localidade da Malta.-----

Deputado Municipal Pedro Ivo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que o Orçamento é o melhor que se poderá fazer, face à Nova Lei das Finanças Locais, a qual cortou em 25 % das verbas atribuídas pela Administração Local.-----

Sr. Presidente da Câmara:- O Senhor Presidente disse que discorda com o Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes, porque o Vereador disse que não queria que fosse colocado em acta o seu desabafo, mas o que pensa relativamente ao desenvolvimento do Concelho é o mesmo que muitos Ministros e Secretário de Estado já tiveram. -----

Continuando, referiu que o actual governo e os anteriores também já defenderam que terá de se acabar com os concelhos mais pequenos e menos desenvolvidos e que se terá de acabar com todos os serviços neles existentes.-----

Acrescentou que o actual governo o que está a fazer relativamente ao interior do país é tomar medidas economicistas, tendo as pessoas mais cedo ou mais tarde de se deslocarem e passarem a residir em concelhos como Porto e Lisboa.-----

Seguidamente, disse que o que o governo está a fazer é esvaziar o concelho, tirando os serviços que lhe davam alguma dinâmica, reiterando que o Senhor Vereador disse que era a sua opinião e que não deveria ser colocado em acta, porque tinha sido



apenas um desabafo perante o que o Governo está a fazer ao interior e, nomeadamente, ao concelho de Pinhel.-----

Adiantou que é um documento interno, o qual já está rectificado, questionando o Deputado Municipal se tinha lido a sua intervenção, porque a resposta está lá e os Senhores Vereadores são livres de dizerem o que quiserem, porque vivemos todos em democracia.-----

Em resposta ao Deputado Municipal Carlos Ribeiro disse que o Deputado tem toda a razão quando diz que as despesas correntes aumentaram com o pagamento aos funcionários, acrescentando que existem outras rubricas que baixaram com o pessoal.---

Continuando, reiterou que aumentaram as despesas correntes com os funcionários, em virtude do encerramento das escolas, da reclassificação de alguns funcionários, os quais estão em pleno direito de serem reclassificados ao fim de 3 ou 4 anos, em consequência do encerramento da fábrica ROHDE que, em parceria com o IEFPP, foram colocados nas Juntas de Freguesia, tendo a Câmara Municipal de lhes pagar o subsídio de alimentação, devido ao aumento da água, da electricidade, dos resíduos sólidos e urbanos entre outros.-----

Seguidamente, disse que, no ano de 2008, tudo irá quadruplicar, uma vez que os aumentos não param, acrescentando que as ajudas de custo têm a ver com uma política da Câmara Municipal relacionada com os serviços externos, perguntando aos Deputados Municipais onde terá de se reduzir quando tudo está a aumentar e cada vez mais irão ser transferidas novas competências para a Câmara Municipal.-----

Deu conhecimento que os funcionários que foram colocados na Câmara Municipal sem ser por estágios, POC's foram apenas quatro, um na área social, outro na biblioteca, outro no arquivo e um economista, concurso que já vinha de há dois anos a esta parte, acrescentando que precisam de um técnico para a área do ambiente, de um técnico de informática e que a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro está a reclamar que precisa de mais um funcionário na parte administrativa.-----

Acrescentou que a pergunta que se coloca é como se reduzem os custos com pessoal quando existe necessidade de se contratarem mais pessoas.-----

Continuando, reiterou que os funcionários ao fim de quatro anos têm todo o direito de querer subir de categoria, uma vez que é um direito que os assiste, acrescentando que, com o passar dos anos, será cada vez pior.-----



Seguidamente, disse que as comparticipações dos fundos comunitários equilibraram os custos com os fornecedores em 50%, que os restantes 50% terá de ser a Câmara Municipal a pagá-los, acrescentando que não irão existir quotas e que tudo dependerá das candidaturas que cada NUT apresentar.-----

Adiantou, ainda, que não se tinha reunido com os Presidentes de Junta, mas que lhes tinha dito na penúltima Assembleia Municipal ou na reunião que fez relacionada com as águas e com os lixos que fizessem chegar os planos até tal data.-----

Acrescentou que a Casa Seixas irá ser a futura Câmara Municipal, que não tem apoios comunitários, referindo ainda que só conseguiram da Secretaria de Estado 900.000,00 (novecentos mil euros), tendo de se ir buscar mais 25% através da Requalificação da Praça Sacadura Cabral.-----

Continuando, disse que se deverá fazer uma candidatura ao QREN para se repararem as fachadas e o telhado, sem dizer que o dinheiro será para a Câmara Municipal, mas que, mesmo assim, ainda ficará a faltar muito dinheiro.-----

O Senhor Presidente disse ainda que a obra terá de ser lançada a concurso no início do ano de 2007 para se iniciar no final do ano de 2007.-----

Quanto à aquisição de imóveis disse que tinha estado no leilão da Pinhel Coop, que os peritos tinham avaliado as instalações em cerca de € 174.500,00, que havia interessados e que o executivo Municipal o tinha autorizado a fazer lances até € 100.000,00, mas que a dúvida seria se deveria subir ou não para os € 125.000,00.-----

Seguidamente, deu conhecimento de que o executivo Municipal não concordou que se deveria subir para os 125.000,00, uma vez que as instalações necessitam de algumas obras, acrescentando que não acredita que as instalações sejam entregues à Câmara Municipal.-----

Quanto à revisão do PDM disse que tem existido pouca colaboração a começar pela equipa de projectistas, uma vez que não se vêem progressos há quase três anos.-----

Relativamente às fontes referiu que ou se fazem ou não se fazem.-----

Continuando, disse que receberam por parte da DREC um ultimato relativamente à Residência de Estudantes para que fosse encerrada o mais rapidamente possível, dando conhecimento de que não tinha sido assinado nenhum protocolo, porque nunca se chegou a entendimento nenhum.-----

Seguidamente, informou que o que tinha sido acordado com o anterior director foi que a DREC assumiria as despesas com os funcionários até ao dia 31 de Dezembro



de 2006, que a Câmara Municipal faria a exploração da Residência com a condição de que no dia 31 de Dezembro a Residência de Estudantes fosse extinta.-----

Acrescentou que, de acordo com a celebração do contrato feito em 1981, o edifício passa para a Câmara Municipal automaticamente.-----

Deu conhecimento de que o protocolo enviado pela DREC tinha sido rectificado em reunião do Executivo Municipal e enviado, acrescentando que a resposta tinha sido a contrária ao que tinha sido estabelecido.-----

Informou ainda que os funcionários já tinham sido notificados para se apresentarem nos locais propostos pela DREC.-----

A terminar, informou que a Câmara Municipal irá suportar as despesas com os funcionários da Câmara Municipal até ao dia 31 de Dezembro de 2006, reportando no final do ano o edifício para o Município.-----

O Senhor Presidente disse que o montante de € 400.000,00 transferido para a Empresa Municipal irá ser gerido e distribuído por áreas como a cultura, desporto, para a Feira das Tradições, para o Pavilhão Multiusos, para a futura piscina.-----

De seguida, deu conhecimento que a cafetaria, sita nos Castelos tinha ficado deserta e, deste modo, a empresa Municipal irá explorar e assegurar, também, esse serviço.-----

Continuando, deu ainda conhecimento de que irá ter, inicialmente, cinco funcionários mais os dois do quadro da Câmara Municipal que queiram ser transferidos para a empresa, uma vez que não são obrigados a saírem da Câmara Municipal.-----

Continuando, disse que o ROC irá custar cerca de € 300,00 mensais, que o Conselho de Administração irá ter uma senha de presença igual à senha de presença dos Vereadores nas reuniões de Câmara, que o pavilhão irá ter um funcionário responsável pela sua utilização e preservação, terá de ter um TOC, um administrativo e serviços de limpeza, acrescentando que a banda de música passará também para a Empresa Municipal.-----

Seguidamente, deu conhecimento de que o Presidente do Conselho de Administração será ele mesmo, que os dois vogais serão os dois Vereadores em regime de permanência na Câmara Municipal, que o Conselho Geral será constituído pelos Senhores Vereadores Alexandre Manuel Pinto Raposo e Abel Monteiro Grilo e que os



representantes das organizações e entidades serão a UDP (União Desportiva “Os Pinhelenses”) e a Associação Cultural dos Amigos de Pínzio.-----

Adiantou ainda que não acredita que, no início, a empresa não dê prejuízos.-----

Continuando, disse que a candidatura para a rectificação da Rua da Bola e da Sr^a da Coluna está aprovada, acrescentando que para a Avenida da República nada está definido quanto ao projecto, mas que irá para discussão pública como foi a Praça Sacadura Cabral e a Avenida 5 de Outubro.-----

Seguidamente, disse que concorda com a intervenção do deputado Municipal Paulo Álvaro, uma vez que era uma obra que estava prevista no plano de actividades do ano anterior, acrescentando que tinham sido adjudicadas seis obras a um empreiteiro, nomeadamente, a zona industrial, em termos de infra-estruturas, que o prazo de conclusão da obra era de um ano, mas o facto é que já passaram quase nove meses depois da data prevista da sua conclusão e ainda se encontra concluída.-----

Adiantou que o correcto seria a rescisão do contrato e a abertura de novo concurso público, o que implicaria a complicação da candidatura da expansão da zona industrial, acrescentando que o atraso se deve à irresponsabilidade do empreiteiro que diz que não faz porque a Câmara Municipal não lhe paga.-----

Continuando, disse que a Câmara Municipal não tem qualquer dívida para com o empreiteiro.-----

Acrescentou ainda que a Câmara Municipal já disse aos investidores que quem quiser construir poderá construir sem o registo de propriedade, referindo que as infra-estruturas estão adjudicadas, que a obra irá ser concluída até final do ano de 2007 ou no início do ano de 2008.-----

Continuando, disse que a população do Freixinho mandou um ofício a dizer que não queria o saneamento, acrescentando que, se houver água, terá de ser colocado o saneamento.-----

Seguidamente, referiu que discorda com o deputado Municipal Gonçalo Cruz quando diz que nas Grandes Opções existem obras megalómanas, acrescentando que esteve reunido com um técnico da Universidade de Coimbra e que lhe tinha perguntado qual seria para o Presidente da Câmara Municipal de Pinhel o marco mais importante a ser feito na sua cidade.-----



Deu conhecimento que o técnico lhe tinha dito que teria de pensar num projecto que tivesse impacto e objectivos ao nível regional e nacional, porque senão tivesse que seria óbvio que não iria trazer pessoas ao concelho de Pinhel.-----

Adiantou ainda que se poderão recuperar os claustros dos Frades para se fazer o museu, tendo em vista a dignificação e desenvolvimento do concelho.-----

Referiu, de seguida que, quanto à Casa dos Magistrados, não está nada definido, mas terá de ser recuperada, porque senão acabará por ruir.-----

Disse que a Câmara Municipal irá criar uma casa gastronómica nos Castelos.----

A terminar, disse que a Câmara Municipal não têm a obrigação de fazer o saneamento na localidade da Malta, porque as pessoas tinham apresentado um projecto de fossas sépticas, acrescentando que terá de existir bom senso para que este problema se resolva de uma vez por todas.-----

O Senhor Vereador Rui Ventura disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pinhel não demite ninguém, uma vez que os Vereadores são eleitos pelo povo.-----

Seguidamente, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com oito abstenções dos Senhores Deputados Municipais Gonçalo Cruz, Eduardo Magro dos Reis, Carlos Guimarães, Carlos Ribeiro, Adérito Silva, Ricardo avelãs Nunes, Ricardo Capelo e Rita Capelo, aprovar a proposta apresentada das Grandes Opções do Plano e Orçamento. -----

Esta deliberação foi, por unanimidade, aprovada em minuta a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Proposta de reconhecimento de interesse Municipal da obra de construção de uma Lar de Idosos, no lugar das Limpas, na Freguesia de Freixedas

O Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da cópia parcial da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 30 de Novembro de dois mil e seis, que se transcreve:-----

“Foi presente ao executivo Municipal o processo de obras n.º 0128/2006 relacionado com o assunto em epígrafe.-----



O Senhor Presidente deu conhecimento do teor do parecer emitido em 10/11/2006, pelos Serviços Técnicos, do qual se extrai o seguinte:-----

“Analisando os novos elementos apresentados pelo requerente, temos a informar que os mesmos corrigem as anomalias do projecto anteriormente verificadas. Foi apresentado novo parecer sanitário emitido pelo Centro de Saúde de Pinhel de sentido favorável à emissão da licença de construção da obra em análise.-----

Continua-se a aguardar a recepção do parecer solicitado às Estradas de Portugal, EP em 24/10/2006.-----

Tratando-se de uma construção a localizar em área rural, atendendo à sua utilização, a mesma só será permitida, desde que considerada equipamento especial de interesse municipal não enquadrável na área urbana e urbanizável, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 22º do PDM de Pinhel.-----

Após recepção do parecer favorável das Estradas de Portugal, EP, e declarada a obra como equipamento de interesse municipal, dar-se-á continuidade ao processo em causa.”-----

Seguidamente, deu conhecimento do teor da informação apresentada pela Empresa das Estradas de Portugal, EP - Direcção de Estradas da Guarda, registada a 11 de Novembro do corrente ano, sob o n.º 128/2006, arquivada no referido processo, da qual se extrai o seguinte:-----

“Relativamente ao assunto em epígrafe e respondendo ao ofício n.º9354, de 10 de Novembro de 2006, cumpre-me informar de que, esta Direcção de Estradas emite parecer favorável, nos termos da alínea c) do artigo n.º 5º do Decreto-Lei n.º 13/94, de 15 de Janeiro”.-----

Após análise de toda a informação, o executivo Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, considerar de interesse municipal a obra de construção de um Lar de Idosos, no lugar das Limpas, na Freguesia de Freixedas e desta deliberação dar conhecimento à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea q), do número 1, de artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os deputados Municipais Carlos Ribeiro, Vidal Correia, Paulo Álvaro, João Marujo.-----



Deputado Municipal Carlos Ribeiro (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que está a favor de todos os meios ao alcance dos responsáveis para levar a cabo as obras deste tipo, acrescentando que o bem-estar dos idosos tem a ver com a ligação afectiva entre ele próprio e o meio em que está inserido e que tudo concorre para o seu bem estar interior.-----

A terminar, disse que contraria teses de centralizar tudo no concelho, votando a favor da proposta.-----

Deputado Municipal Vidal Correia (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que é uma obra de grande valor para a Freguesia, dando mais vida ao Concelho, referindo que irá votar a favor da mesma.-----

Deputado Municipal Paulo Álvaro (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que defendeu um conjunto de critérios, os quais já foram apresentados nas Assembleias Municipais anteriores, de análise para futuras situações, onde se deveriam objectivar 4 ou 5 postos de trabalho.-----

Continuando, disse que existe a necessidade de se apoiar a criação de postos de trabalho, vinda dos investidores locais, devendo-se apoiar a sua concretização.-----

A terminar, referiu que os dados estatísticos que se reportam à taxa de cobertura do concelho de Pinhel relativamente à valência de lares é a terceira mais baixa na construção de lares.-----

Adérito Silva, presidente de Junta de Freguesia de Santa Eufêmia:- Após lhe ter sido dada a palavra perguntou o motivo da necessidade da autorização da Assembleia Municipal.-----

Sr. Presidente da Câmara disse que o que está fora do perímetro urbano terá de ter uma declaração de interesse Municipal da Assembleia Municipal para se poder autorização sem licenciamento.-----

A terminar, disse que tem a ver com a variante que irá passar muito perto do edifício, acrescentando que terá de se saber se o traçado colide ou não com o investimento para se poder dar o parecer.-----



Deputado Municipal João Marujo (PSD):- Após lhe ter sido dada a palavra disse que uma iniciativa como a apresentada é de louvar, felicitando os propositores, porque infelizmente os concelhos como o Concelho de Pinhel sofrem de uma taxa elevada de população envelhecida e estes equipamentos são necessários para contribuir para a melhoria de vida da população.-----

Seguidamente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

Esta deliberação foi, por unanimidade, aprovada em minuta a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Eleição dos três representantes da Assembleia Municipal, para a Empresa Municipal Falcão Cultura, Turismo e Tempos Livres

Deputado Municipal Carlos Guimarães (PS):- Após lhe ter sido dada a palavra sugeriu que fossem escolhidos três Deputados Municipais em vez de apenas dois mais um Presidente de Junta de Freguesia.-----

O Senhor Presidente da Mesa disse que os Estatutos da Empresa Municipal são claros e que referem que se deverão apenas escolher dois Deputados Municipais e um Presidente de Junta de Freguesia.-----

A terminar, deu a palavra ao Deputado Municipal João Marujo para leitura da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.-----

O Senhor Deputado Municipal João Marujo procedeu à leitura da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, que se transcreve:-----

“Em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e a alínea b), do artigo 10º, do Regimento da Assembleia Municipal de Pinhel, relativamente à alínea d) do ponto 4 da Ordem de Trabalhos, respeitante à representação da Assembleia Municipal, na Empresa Municipal – Falcão Cultura Turismo e Tempos Livres – o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Pinhel se faça representar, na referida Empresa Municipal, pelos seguintes elementos: -----



Deputado Municipal José Manuel Pereira Cruz;-----

Deputado Municipal Jorge Manuel Matias;-----

Presidente de Junta de Freguesia de Pinhel, Carlos Alberto Videira dos Santos.”-

Seguidamente, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor e catorze abstenções, aprovar a proposta apresentada pelo Deputado Municipal João Marujo. -----

Esta deliberação foi, por unanimidade, aprovada em minuta a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Proposta da Câmara Municipal para a fixação de taxas de direitos de passagem

O Senhor Vereador Rui Ventura disse que é apenas uma taxa que a Câmara Municipal terá de fixar até ao final do mês de Dezembro, acrescentando que a proposta da Câmara Municipal é de 0,25%.-----

Deputado Municipal Ricardo Avelãs Nunes:- Após lhe ter sido dada a palavra disse que irá apresentar uma Declaração de voto vencido ao Ponto e) do período da Ordem do dia Fixação da taxa Municipal dos Direitos de Passagem, que se transcreve:--

“A Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Electrónicas) veio criar, genericamente, a taxa municipal de direitos de passagem e estabeleceu a possibilidade de os municípios a aplicarem no seu âmbito territorial.-----

Esta taxa pela sua fórmula de cálculo, sobrecarrega ainda mais o cidadão em geral, apenas porque utiliza as comunicações telefónicas, imprescindíveis nos dias de hoje.

A CDU, no entanto, considera como justa a reivindicação dos municípios, no sentido de serem ressarcidos do ónus gerado sobre o seu território e da livre utilização do seu domínio público pelas empresas detentoras de redes físicas de comunicações.-----

Na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar da CDU tem insistido na necessidade de alterar a estrutura da taxa, restabelecendo uma relação mais directa com a fonte que legitima a sua cobrança, isto é, quem deve pagar a taxa não é o município, mas sim as empresas detentoras das redes de comunicações.-----



Basta, para tanto, repor a relação tributária e consagrar que quem directamente beneficia da apropriação parcial do domínio público municipal, não é o munícipe mas as grandes operadoras de comunicações. -----

Assim, e tal como o fez em Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2005, entende a CDU, votar contra esta proposta por considerar que: -----

1. Não é aplicado o princípio do beneficiário – pagador;-----
2. Não pode caber ao munícipe o ónus de pagar por um serviço do qual não é o maior beneficiário;-----

Não é o munícipe quem beneficia da apropriação parcial do domínio público, mas sim as empresas de comunicações.”-----

Seguidamente, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três votos contra dos Senhores Deputados Municipais Ricardo Avelãs Nunes, Carlos Guimarães e Adérito Silva, aprovar a proposta apresentada. -----

Esta deliberação foi, por unanimidade, aprovada em minuta a fim de produzir efeitos imediatos e executórios. -----

Intervenção do Público

Relativamente a este ponto da *Ordem de Trabalhos*, não houve qualquer intervenção. -----

Encerramento: Quando eram vinte horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão e para se constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José António Sales Gomes* cujos trabalhos coordenou e por nós, *Angela Maria Pinheiro Branquinho Guerra e Manuel Júlio Santos Saraiva*, que na qualidade de secretários a redigimos com a colaboração da funcionária da Autarquia, *Sandra Marisa Martins Amaral*.-----